



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RAIANA DE OLIVEIRA ALMEIDA

**A EDUCAÇÃO FÍSICA E A BNCC NA ESCOLA DE APLICAÇÃO DA UFPA:
CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS**

BELÉM – PA
2018

RAIANA DE OLIVEIRA ALMEIDA

**A EDUCAÇÃO FÍSICA E A BNCC NA ESCOLA DE APLICAÇÃO DA UFPA:
CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado para obtenção do grau de licenciado em Educação Física. Faculdade de Educação Física. Instituto de ciências da Educação. Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Margarida do E. S. Cunha Gordo

BELÉM – PA

2018

RAIANA DE OLIVEIRA ALMEIDA

**A EDUCAÇÃO FÍSICA E A BNCC NA ESCOLA DE APLICAÇÃO DA UFPA:
CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Educação Física, do Instituto de Ciências da Educação – ICED, como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciatura em Educação Física, pela Universidade Federal do Pará.

Data de avaliação: ___/___/___

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Margarida do Espírito Santo Cunha Gordo
Orientadora – EAUFPA/UFPA

Prof. MSc. Joselene Ferreira Mota
Examinadora Interna – ICED/UFPA

Prof. MSc. Osvaldo Galdino dos Santos Junior
Examinador Interno – ICED/UFPA

BELÉM – PA
2018

AGRADECIMENTOS

Depois de tanta persistência, noites de estudo sem fim, entre algumas derrotas, mas também muitas vitórias, finalmente consegui chegar ao tão aguardado momento.

Quero agradecer a todos os que se cruzaram comigo neste percurso, e agradecer a Deus por ter estado ao meu lado em cada instante desse percurso. Minha gratidão será infinita para com Ele e para com todas as pessoas que sempre me deram forças, principalmente minha mãe, que me apoiou em tudo. Saiba que, a senhora faz parte desta vitória que foi alcançada com muito esforço.

Agradeço a Deus pela vida, pela saúde, pela família, pelos amigos, por todos os momentos, por todas as bênçãos e por mais uma vitória concedida: formar-me na Faculdade de Educação Física da UFPA.

A minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Margarida Gordo, pela sua valiosa dedicação e ajuda, principalmente quando mais precisei, sem a qual não conseguiria concluir este trabalho.

Enfim agradeço a todos meus familiares e amigos, em especial ao Gabriel Oliveira, o qual sempre esteve ao meu lado e não mediu esforços para ajudar na concretização desse sonho. E aos meus amigos de caminhada: Carlos Afonso, Tuane Vitória, Daniely Gonçalves, Everaldo Vieira, Thais Tamara, Welison Alan e Walber Martins, sou eternamente grata por estarem comigo nessa caminhada árdua. Em geral, agradeço a todos que de alguma forma estão presentes na minha vida e que me proporcionam momentos felizes, sadios e inesquecíveis.

Esta etapa chega ao fim e quando chegamos ao final de uma longa caminhada é normal olharmos para trás e lembrarmos as decepções e as dificuldades, mas principalmente os momentos em que as superamos e quem esteve ao nosso lado quando duidávamos de tudo. Acreditem que jamais esquecerei que esta felicidade só foi possível porque tive sempre comigo as melhores pessoas do mundo.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar como está se desenvolvendo o processo de adaptação e adequação da BNCC na Escola de Aplicação da UFPA, com ênfase na disciplina educação física do ensino fundamental séries iniciais. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo abrangendo a revisão bibliográfica, a qual propusemos a análise da Seção Temática “Luta – Luto” da Revista Motrivivência – 2016, a pesquisa documental (BNCC, PNE e LDB) e entrevista semiestruturada, na qual tivemos como sujeitos a direção da Escola de Aplicação, a coordenação do Ensino Fundamental Séries Iniciais e dois professores de educação física que ministram aulas para esse nível de ensino. Para o tratamento dos dados utilizamos a Análise de Conteúdo de Bardin (2009) no qual organizamos o material, para então descrevê-lo analiticamente para, enfim trabalharmos na interpretação dos dados. O texto propõe uma discussão, com vista à reflexão sobre os posicionamentos e crítica dos autores no que concerne à referida temática, depois adentra a análise das entrevistas desvelando o possível cenário do lócus de investigação, ressaltando sua implantação e possíveis consequências para a Educação Básica. A análise dos resultados nos levou a inferir que o tema em questão desvela um cenário de disputas de concepções de currículo, de educação, de aprendizagem e, inclusive, do papel da escola no contexto atual. No que concerne à educação física nos preocupa o fato de seu possível estrangulamento no núcleo curricular de linguagens, que comporta um dos dois mais privilegiados componentes curriculares – a Língua Portuguesa. Outros pontos que nos chamam atenção é a incoerência e falta de lógica no que concerne à distribuição e orientação dos conteúdos a serem trabalhados, tanto do Ensino Infantil quanto do Fundamental; a contradição do entendimento da BNCC sobre a cultura corporal e seu verdadeiro significado, ao suprimir a contextualização dos conteúdos elencados, focando na aprendizagem da técnica.

PALAVRAS CHAVES; Educação Básica. BNCC. Educação Física.

ABSTRACT

The objective of this work was to analyze how the process of adaptation and adaptation of the BNCC in the School of Application of the UFPA is being developed, with emphasis in the physical education discipline of elementary schools. The methodology used was qualitative, covering the bibliographical review, which proposed the analysis of the Thematic Section "Fight - Mourning" of the *Motrivivência Magazine* - 2016, the documentary research (BNCC, PNE and LDB) and semi - structured interview, the direction of the School of Application, the coordination of Elementary School and two physical education teachers who teach classes for this level of education. For the treatment of the data we use the Content Analysis of Bardin (2009) in which we organize the material, to then describe it analytically to finally work on the interpretation of the data. The text proposes a discussion, with a view to the reflection on the positions and criticism of the authors regarding the said subject, then enters the analysis of the interviews revealing the possible scenario of the locus of investigation, highlighting its implantation and possible consequences for the Basic Education. The analysis of the results led us to infer that the theme in question reveals a scenario of disputes about conceptions of curriculum, education, learning and even the role of the school in the current context. With regard to physical education, we are concerned about its possible bottleneck in the curricular core of languages, which includes one of the two most privileged curricular components - the Portuguese Language. Other points that draw attention to us is the incoherence and lack of logic in what concerns the distribution and orientation of the contents to be worked, both Infant and Elementary; the contradiction of BNCC's understanding of body culture and its true meaning, by suppressing the contextualization of the contents listed, focusing on the learning of the technique

KEYWORDS; Basic education. BNCC. PE.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 CAPÍTULO I – NA MOTRIVIVÊNCIA DA BNCC COM A EDUCAÇÃO FÍSICA	11
3 CAPÍTULO II – A BNCC NA ESCOLA DE APLICAÇÃO DA UFPA	30
3.1 Sujeitos e percepções sobre a Base Nacional Comum Curricular	30
3.2 Contradições da Base Nacional Comum Curricular	32
3.3 Processo de adequação da BNCC na Escola de Aplicação da UFPA	35
4 CONCLUSÃO	38
5 REFERÊNCIAS	40
ANEXO 1 – ENTREVISTA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	43
ANEXO 2 – ENTREVISTA DIREÇÃO	49
ANEXO 3 – ENTREVISTA COORDENAÇÃO	54

1 INTRODUÇÃO

A proposição de uma base nacional comum curricular (BNCC) no Brasil não é recente. Tal ideia é fruto de discussões em diferentes instâncias e setores da sociedade civil como, ONGs, especialistas na área educacional, fundações, associações e departamentos governamentais (MEC, Secretarias de Educação Municipais e Estaduais). Por isso, “a repercussão ocasionou na produção de dispositivos legais para sua elaboração e implementação”. (BOSCATTO; IMPOLCETTO; DARIDO, 2016, p. 99).

Conforme estudos de autores como Cury (2014), Macedo (2014) e outros, a temática não é nova. Cury (2014, p. 57) analisa que a ideia de currículo nacional, pensado enquanto coesão nacional, “tem história junto à história das políticas educacionais no Brasil”. O autor ainda afirma que o assunto é sempre polemizado por tratar-se de uma política nacional e federativa, bem como, pela importância do currículo no exercício do ato pedagógico.

As diversas discussões sobre a temática e os pressupostos histórico-legais, o qual vem sendo desenvolvido, apontam que a BNCC pode ser considerada uma Política de Estado, isto é, uma estratégia da classe dominante para a padronização e formação do sujeito, visando, sobretudo seus interesses. Nesse sentido, o documento possui marcos legais importantes de se compreender, os quais repercutem e levam à elaboração desse documento norteador do currículo escolar.

A BNCC é fruto de uma série de legislações como a Constituição Federal em seu artigo 210 que prevê a fixação de “conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1988, p. 109); a LDB/96 em seu artigo 9 e inciso IV que define o estabelecimento “em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1996) e os princípios de metas e estratégias para a educação básica que se encontra disposto na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, conhecida como Plano Nacional de Educação (PNE).

[...] estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos a cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local (PEREIRA, 2018, p. 20).

A problemática dar-se-á por compreender que existem diversos olhares para esse novo documento, sobretudo na disciplina educação física, o qual tem sido questionado por estudiosos/especialistas por apresentar contradições e, principalmente a forma na qual a base fora estruturada. Acreditamos que a proposta de currículo pudesse surgir das bases da escola, esse processo deveria ter sido fomentado, mas não foi. Além, de que a aprovação da BNCC para o Ensino Fundamental e toda a mudança proposta para o Ensino Médio, dentre outras reformas em diversas áreas, ocorreu em meio a um governo sem legitimidade. Para tanto, focamos no contexto da adaptação da BNCC nas Escolas e problematizamos por meio da seguinte indagação: como está ocorrendo o processo de adequação e implementação da BNCC na Escola de Aplicação da UFPA, na disciplina educação física, mais precisamente no Ensino Fundamental Séries Iniciais?

Para seus idealizadores a BNCC é considerada como estratégia educacional para redução das desigualdades do ensino brasileiro. Por exemplo, o movimento em prol da Base afirma que a adoção de um currículo único propiciará o inverso da cultura vigente, ou seja, o currículo definirá a avaliação e os livros didáticos, e não o contrário. A partir da análise do documento, podemos perceber que a BNCC traz um novo conceito que pode ser interpretado como trazer para si o papel definitivo das linhas gerais de aprendizagem que os alunos deverão estudar a cada ano/ciclo no ensino básico.

Sendo assim, corroboramos com o pensamento de Pereira (2014, p. 3) por acreditarmos que “em cada fase histórica, corporifica-se uma significação de currículo que lhe dá forma a partir das concepções das políticas públicas relativas aos modelos econômico, social, educacional e cultural”.

Portanto, o objetivo do estudo é analisar como está se desenvolvendo o processo de adaptação e adequação da BNCC na Escola de Aplicação da UFPA, com ênfase na disciplina educação física do ensino fundamental séries iniciais. Pontuamos como objetivos específicos: analisar os dez artigos da Revista Motrivivência a fim de compreender de que forma os autores estão discutindo a

temática; realizar a entrevista com docentes da Escola de Aplicação da UFPA e a partir da análise dialogar com a literatura.

Para o desenvolvimento deste estudo elegemos a pesquisa qualitativa que segundo Neves (1996) possibilita um contato direto e interativo entre o pesquisador e o objeto pesquisado e, se vale da interpretação do fenômeno, levando em consideração toda sua subjetividade, com o intuito de decodificar e de revelar sua complexidade. Bem como, por caracterizar e analisar as informações coletadas sejam elas discursos ou números que possam subsidiar e consolidar respostas para o problema da investigação em questão. Para análise dos dados utilizamos a Técnica de Análise de Conteúdo. A qual é composta por

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p.44).

A priori foi realizado um estudo de cunho bibliográfico a fim de mapear o que vem sendo discutido sobre a BNCC, relacionada à área da educação física. Foram selecionados dez artigos da Revista *Motrivivência*¹ que há 30 anos está no campo editorial da produção acadêmico-científico. A escolha por esse periódico se deu por conta da Seção Temática publicada no volume 28, numero 48 do ano de 2016 sobre a BNCC e seus impasses na educação física.

Posteriormente, foi aplicada a entrevista semiestruturada, que segundo Manzini (1991, p. 154) destaca ser importante que o roteiro seja organizado com perguntas básicas (principais), de modo a permitir que sejam "complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista". Para ele, essa modalidade de entrevista pode desempenhar o surgimento de informações de maneira mais livre, desvinculada de preferências que possam ser sugeridas pelo

¹ MOTRIVIVÊNCIA é um periódico científico do campo do conhecimento que engloba a Educação Física, Esporte e Lazer. Tem circulação quadrimestral e é publicada sob a responsabilidade editorial do LaboMidia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva - www.labomidia.ufsc.br. Conta com o apoio do NEPEF/CDS/UFSC - Núcleo de Estudos Pedagógicos da Educação Física do Centro de Desportos/UFSC, e do Portal de Periódicos da Biblioteca Universitária da UFSC - www.periodicos.ufsc.br. Qualis-CAPES: Educação Física (Área 21) – B2; Ensino (2016) - B2 - Educação (2014) – B4; Psicologia (2016) - B2 - Interdisciplinar (2016) – B4. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/index>.

roteiro utilizado, possibilitando que os entrevistados sejam mais espontâneos. A entrevista teve como finalidade identificar como está se desenvolvendo o processo de adequação da BNCC no ensino fundamental séries iniciais, bem como desvelar o posicionamento do corpo docente diante dessa nova realidade.

Tivemos como sujeitos a direção da Escola de Aplicação, a coordenação do Ensino Fundamental Séries Iniciais, os quais denominaremos de entrevistado 1 e 2 e dois professores de educação física desta mesma coordenação. A Escola de Aplicação da UFPA possui dez professores de educação física, no entanto, apenas dois são responsáveis por esse nível de ensino. Os sujeitos receberam o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), com as informações sobre o projeto e instruções sobre a pesquisa, além disso, todas as identidades e informações foram mantidas em sigilo conforme estipulado no TCLE. Importante ressaltar que a escolha desse ciclo se deu pela aprovação da BNCC, sobretudo, nesse nível de ensino. Ademais, a escola é considerada um lócus propício para o desenvolvimento da pesquisa por ser referência na Amazônia.

Por conseguinte, este trabalho está estruturado da seguinte forma, iniciaremos apresentando e discutindo a visão que os autores da Revista Motrivivência trazem sobre a BNCC no contexto da educação física, posteriormente iremos desvelar como está sendo o processo de adequação da BNCC na Escola de Aplicação da UFPA e, finalmente apresentar uma reflexão sobre possibilidades e desafios para a implantação da BNCC, sobretudo na educação física.

Para além de todo esse trajeto, justifica-se este estudo por apresentar uma temática atual e por apontar para uma discussão em torno da construção do currículo para a área, a qual recebe forte influência do cenário político educacional adotado no país. Nesse sentido acreditamos que a discussão em torno da BNCC seja uma oportunidade para refletir os currículos na prática da Educação Básica, ou melhor, repensar a formação dos docentes e a própria docência.

Por fim, faz-se necessário estabelecer novos nexos entre os currículos e a realidade histórico-social dos sujeitos. E, para falarmos sobre as políticas de currículo, é preciso que, antes, saibamos em qual cenário social elas estão sendo gestadas.

2 CAPÍTULO I – NA MOTRIVIVÊNCIA DA BNCC COM A EDUCAÇÃO FÍSICA

O estudo em torno da BNCC ganha relevância na comunidade acadêmica por desvelar um cenário de disputas e concepções de currículo, inclusive, do papel da escola no contexto atual. Em termos gerais existem interesses públicos e privados, políticos e econômicos, para além da melhoria da qualidade da educação brasileira. Por isso, é de fundamental importância que reacenda na sociedade a necessidade de um aprofundamento do processo e a efetiva participação social, uma vez que se trata da definição de qual escola pretende-se construir. No entanto, pesquisadores divergem sobre a necessidade e impossibilidade de um currículo nacional unificado e homogêneo. Logo, o processo de interpretação dessa política é polissêmico.

Essa polissemia pode ser visualizada nos artigos da seção temática apresentada pela Revista Motrivivência, a qual discute os olhares de diversos autores sobre a temática da BNCC com a educação física escolar. De modo a refletir sobre esta seção, optamos pela análise dos dez trabalhos publicados, os quais discutem questões relevantes que aparecem em torno do processo da BNCC, tais como: a BNCC e a educação física na educação infantil, conceitos de currículos, educação física e sua inserção na área de linguagens, formação continuada, profissionalização do ensino, dentre outros.

Compreendendo a importância da produção de conhecimento em torno do processo de reforma da BNCC no contexto de apresentação da seção temática da revista, iniciaremos um breve percurso analítico dos trabalhos, com vista à reflexão sobre os posicionamentos e críticas dos autores no que concerne a referida temática.

Iniciamos com o primeiro estudo de Arroyo (2016) intitulado “*Corpos resistentes produtores de culturas corporais. Haverá lugar na Base Nacional Comum?*”, o qual traz um levantamento e alguns questionamentos persistentes em relação à negação dos corpos reais dentro do documento em questão.

Arroyo (2016, p.16-17) faz uma crítica, em forma de metáfora, à BNCC quando aponta que o documento se caracterizou em função de seu surgimento “do alto” e que, para tanto, vem reduzindo o papel do professor à mera reprodução de um “cardápio intelectual”.

Conforme Arroyo (2016), à medida que a BNCC destaca os objetivos de aprendizagens de cada ciclo, acaba por influenciar diretamente no empobrecimento

de experiências nas ações pedagógicas, sobretudo na disciplina educação física, a qual reduz os conhecimentos às habilidades físicas e os currículos tendo que garantir aos educandos os saberes, valores e culturas dos corpos.

O autor ainda analisa o termo Base Nacional Comum comparando-o com os PCN's; sendo este último entendido em sua pluralidade (nacionais), em detrimento do caráter de "Base" da BNCC, esta, por sua vez, singular, única e carregada de intencionalidades políticas, merecedoras de atenção exclusiva. Nota-se que a ênfase ao Comum, no Nacional, pode levar ao pensamento da existência de uma linguagem corpórea única, comum e nacional a ser trabalhada em sua exclusividade. Nesse panorama, cumpre necessário trazer o exemplo enfatizado por Arroyo (2016, p. 21) quando coloca que tal pensamento pode levar a abordagem de uma cultura esportiva nacional: "o País do Futebol" ou do Samba, do Carnaval.

Ademais, é passível de entendimento que o documento não leva em consideração os principais agentes do contexto escolar. Podemos visualizar tal ideia na seguinte passagem:

Um traço lamentável persistente nos documentos, diretrizes outorgadas do alto: não ver a realidade vivida nem pelos destinatários educandos, nem pelos educadores. Ambos são vistos – nem vistos – apenas destinatários sem rosto, sem vida, amorfos de políticas e diretrizes. Quando esses corpos interrogantes são ignorados o pensamento educacional se perde. Aproximar-nos da BNC pode ser uma oportunidade para trazer de volta à Educação Física e ao pensamento pedagógico a realidade dos corpos que chegam às escolas, públicas de maneira particular. (ARROYO, 2016. p, 18).

Em contraponto, entender em que contexto educacional irá se materializar esse documento é compreender a diversidade de realidades vividas pelos sujeitos da ação escolar. Logo, torna-se essencial a não utilização de uma única forma de abordagem dos conhecimentos, prevendo o acesso igual a todos os alunos. Além disso, Arroyo (2016) acredita que a educação física e seus currículos e profissionais têm tido um papel importante por trazer os corpos para os currículos. Esses corpos que o autor questiona são entendidos como corpos marcados por diversas resistências:

A cultura camponesa do trabalho é inerente à cultura corporal. Como a cultura machista é inerente ao culto da força do corpo. O movimento feminista traz como um traço afirmativo e emancipatório o corpo. Os movimentos negro e juvenil fazem dos corpos expressões de sua cultura. Essas outras dimensões tão centrais das culturas corpóreas não merecem fazer parte do reconhecimento que a Educação Física destaca de sermos sujeitos-produtores de culturas corpóreas? Haverá lugar na BNCC para essa riqueza de dimensões das culturas corpóreas? (ARROYO, 2016, p. 20).

Corroboramos com Arroyo (2016, p. 19) quando questiona a negação desses corpos na BNCC: *“Há lugar central para os sujeitos corpóreos? Se forem ignoradas todas as propostas cairão em um vazio social, político. Pedagógico”*. Isto é, não devemos padronizar pessoas, e sim olhar para cada sujeito sendo sujeito único e que traz no seu corpo marcas de resistências. Sugere que o caminho para reconhecer essa rica diversidade de linguagens corpóreas seja reconhecer a diversidade de corpos, de sujeitos, de coletivos que são os sujeitos de nossa cultura tão plural.

Os estudos de educação física tem destacado a necessidade desse reconhecimento e de um trato pedagógico da cultura corporal. Trazer a cultura corporal para os currículos tem sido uma rica contribuição da Educação Física. Os currículos e as diretrizes curriculares esqueceram que são a síntese da cultura e se empobreceram ao limitar-se a transmitir conteúdos de aprendizagem, habilidades, domínios avaliáveis e quantificáveis. O “C” do MEC não é mais de Cultura, mas de Conteúdos (ARROYO, 2016).

De acordo ainda com o Arroyo (2016) os currículos são a síntese da cultura, logo todo conhecimento humano perpassa pela cultura e os produtores dessa cultura são os corpos resistentes que muitas vezes são excluídos desses documentos. Especificamente questiona os conteúdos da educação física por acreditar que não os devemos reduzir a dimensões competitivas e esportivas:

Uma pergunta obrigatória no diálogo com a BNCC: que compreensão predomina de direito à cultura corpórea? Chega a profundidade e complexidade, a riqueza de nossa cultura corpórea? Esta é reduzida a brincadeiras, jogos, esportes, ginásticas, lutas e aventuras? Os corpos não são produtores de culturas apenas nessas atividades. Através da história os corpos produzem culturas, valores, identidades, concepções de ser humano para além dessas atividades esportivas e competitivas e de movimentos. Dimensões importantes, mas que não esgotam o reconhecimento do direito à cultura corporal. (ARROYO, 2016, p. 20.)

Outra questão que o autor aponta é a avaliação nessas políticas, criticando avaliações quantificáveis e acreditando que a cultura corpórea não atende a esses domínios por ir de encontro à pedagogia que se pauta em manter os seus corpos imóveis, silenciosos, disciplinados; corpos ideais para pedagogias de ensino, de transmissão de conteúdos para corpos que se querem passivos, atentos ao mestre que ensina. (ARROYO, 2016).

Além disso, Arroyo (2016) traz um levantamento importante: os corpos dos educandos das escolas públicas da cidade e do campo, as quais não têm estruturas adequadas para um ensino de qualidade, não são os mesmos dos corpos que habitam as escolas privadas.

Por fim, o autor contribui no sentido de acreditar que a educação física é uma disciplina importante em sua função social-pedagógica, que é educar. E, propõe o ensino da cultura corporal de forma plena, tendo por objetivo avançar nas dimensões intelectual, ética, cultural e corpórea, criticando o ensino reducionista de domínios de habilidades e aprendizagens de conteúdos avaliáveis.

Outro estudo que contribui para essa análise é o de Pertuzatti e Dickmann (2016), intitulado *“Uma visão panorâmica da LDB à BNCC: as políticas públicas de alfabetização, letramento e suas relações com a cultura corporal na Educação”*. O texto traz um debate acerca da relação entre a cultura corporal e o letramento corporal. Esse estreitamento justifica-se na inserção da disciplina educação física na área de linguagens.

O objetivo do estudo é analisar documentos posteriores à LDB de 1996 até a BNCC no que cerne a alfabetização e letramento e sua relação com a cultura corporal. O autor faz um levantamento dos documentos e leis que sustentam a proposta de uma Base e traz conceitos, nos quais vai se fundamentando no decorrer da pesquisa, como: escola, educação, políticas públicas e políticas educacionais.

Pertuzatti e Dickmann (2016) analisam o processo de elaboração da BNCC, sugerindo atenção especial na segunda versão, que teve como finalidade responder à seguinte pergunta que circula no ambiente escolar diariamente: o que todos os alunos precisam aprender, e têm o direito de aprender na educação básica? Para os autores, a BNCC é vista atualmente, pela classe envolvida, como a melhor oportunidade já vivenciada para definir o que o País quer que todos os seus alunos aprendam, sendo entendida como o principal movimento na Política Curricular

Nacional, e que envolvem em suas escolhas interesses pedagógicos, epistemológicos e políticos.

Além disso, os autores afirmam que a proposta da Base não é consenso entre os estudiosos e especialistas da educação, pois ainda deixa lacunas quanto à materialização desse processo. Importante salientar que este estudo fora realizado no ano de 2016 (quando a BNCC ainda estava em processo) e atualmente, dois anos após a publicação, ainda gera dúvidas dos seus possíveis impactos na educação básica, principalmente na educação física.

Alfares e Manaides (2014) citado por Pertuzatti e Dickmann (2016) afirmam que a BNCC pode constituir-se como uma perspectiva emancipatória ou pode apenas ser uma ferramenta para padronizar a ação pedagógica do professor e homogeneizar o currículo. Os autores trazem o debate para o campo da educação física quando citam programas, como O PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), o qual se utiliza da interdisciplinaridade, isto é, de conteúdos da educação física como métodos para alcançar o objetivo do programa, o qual

[...] vem refletindo sobre uma prática de alfabetização na perspectiva do letramento, com o objetivo de alfabetizar todas as crianças até o terceiro ano do ensino fundamental, ou seja, até os oito anos de idade, destacando a efetivação dos direitos de aprendizagem, a interdisciplinaridade, e a otimização do tempo dos educandos com atividades dinâmicas, descartando técnicas de memorização e decoração, o processo deve acontecer momentaneamente durante todas as disciplinas, atividades lúdicas, jogos, brincadeiras, atividades de coordenação motora e de expressão corporal, de interação, aparecem destacadas neste processo. (PERTUZATTI; DICKMANN, 2016).

A relação existente da educação física com a alfabetização e letramento na visão dos autores são de que as linguagens corporais vão para além da “psicomotricidade”. Perpassa, necessariamente, pela discussão sobre os conteúdos/linguagens corporais que podem ser traduzidos como “políticas do corpo” (PERTUZATTI; DICKMANN, 2016, p.6) O mesmo acredita na necessidade de compreensão sobre o que o aluno traz em seu corpo, quer sejam, marcas ou impressões da sociedade que vive.

Fazendo uma correlação com o estudo de Arroyo (2016), o corpo desde a primeira infância está carregado de regras, normas, valores e da cultura de uma determinada comunidade. Também pode ser compreendido como local onde essa experiência acontece, se materializando na alfabetização e no letramento do corpo,

bem como em suas dimensões educativas, ecológicas, físicas e culturais, ampliando a capacidade humana de percepção e leitura do mundo (NEUENFELDT; MAZZARINO *apud* PERTUZATTI; DICKMANN, 2016).

Além disso, a educação física, como um componente curricular, sugere que seus conteúdos/linguagens específicos (cultura lúdica: jogos e brincadeiras, danças, lutas, exercícios ginásticos, esportes, malabarismos, contorcionismo, mímica e outros) favoreçam uma educação corporal que não tenha uma “função” em si própria, mas articulada com as diversas instâncias da vida cotidiana. (PERTUZATTI; DICKMANN, 2016).

Essa educação corporal pode ser concebida a partir das seguintes manifestações artístico-culturais ou expressões corporais: artes cênicas (jogos dramáticos e simbólicos), gestuais, corporais, oral, sonoro-musical, artes plásticas e escritas; envolvendo comunicação, imaginação, processos de criação e o domínio dos sistemas simbólicos já organizados na cultura, enfim, nas culturas infantis. (ROCHA, 2008; SILVA, 2012 *apud* PERTUZATTI; DICKMANN, 2016).

Pertuzatti e Dickmann (2016) acreditam que a educação física nas séries iniciais tem como concepção a cultura corporal e, que a relação da alfabetização e letramento com essa disciplina pode ser entendida como “política do corpo”, principalmente no que cerne aos conteúdos/linguagens e o processo de alfabetização como um todo. Corroborando com Preve e Corrêa (2001, p.125) “tudo passa pelo corpo”, e o ao longo da história, os documentos que dizem respeito à educação vão constituindo corpos como suporte para um “modo de ser” aceito nessa sociedade.

Assim, podemos inferir que a interpretação desse documento vai de acordo com os conceitos de currículos, que cada autor defende. Logo, observa-se que Pertuzatti e Dickmann são mais favoráveis à base do que Arroyo.

O estudo de Moreira *et al* (2016) com o título “*Apreciação da Base Nacional Comum Curricular e a Educação Física em foco*” tem como objetivo analisar o manuscrito da Base Nacional Comum Curricular e compreender a concepção de Educação Física por ele proposta. O caminho metodológico é composto pela análise bibliográfica e documental, e utiliza-se da dialética como método, bem como da análise de conteúdo para tratamento dos dados.

A partir da análise, infere-se que o estudo aponta questões de extrema relevância para a área em debate e o texto discorre, principalmente, sobre a

concepção de educação física que é encontrada na BNCC e a cultura corporal. Sendo muitas as críticas em torno dessa concepção.

Moreira, Oliveira, Soares *et al* (2016, p. 68) citam algumas contradições como a exacerbada preocupação com a técnica dos movimentos em detrimento do conhecimento da realidade e do que está no entorno de determinado objeto estudado. Ressaltam a importância do aprendizado da técnica, mas que este não deve estar desacoplado do processo reflexivo, pois, entendem que a cultura corporal “não é apenas uma linguagem corporal, mas um campo de conhecimento específico e por isso, precisa ser contemplado em suas particularidades”.

Moreira *et al* (2016) também temem que a educação física abarcada pelas linguagens possa tornar-se apenas um acessório ou uma complementação para o principal componente curricular desse agrupamento, que é a Língua Portuguesa, pois ressaltam que as avaliações dos indicadores da educação brasileira tem como foco a Língua Portuguesa e a Matemática, como se elas pudessem abarcar com todo o saber e conhecimento que os sujeitos podem e devem ter acesso. Acreditam ainda, que o espaço da educação física e dos demais componentes curriculares da linguagem, como a Arte e as Línguas Estrangeiras, tendem a comprimir-se.

A concepção de educação física apresentada na BNCC que transita pela cultura corporal, no Ensino Infantil, apesar de não estar bem clara, dentre os cinco campos de experiência, parece enquadrar-se no campo que comporta: corpo, gestos e movimentos, dividindo essas experiências de acordo com a faixa etária: de zero a um ano e seis meses; um ano e sete meses a três anos e 11 meses; e de quatro a cinco anos e onze meses, tendo as brincadeiras, os jogos, a imitação, os deslocamentos no espaço em diversas direções, saltar, dançar etc., como principais conteúdos. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

Moreira *et al* (2016, p. 69) ainda questionam a falta de clareza e de definição do papel da Educação Física na Educação Infantil, e denunciam que a BNCC “não explica como o componente curricular educação física se articula de tal forma, quanto à organização do trabalho pedagógico”.

Para o Ensino Fundamental são determinadas seis unidades temáticas a serem trabalhadas na escola: Brincadeiras e Jogos, Esportes, Ginásticas, Danças, Lutas e Práticas Corporais de Aventura. Os objetos de estudo foram divididos para o Ensino Fundamental Séries Iniciais e Finais e, cada uma dessas divisões em dois blocos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

Por fim, Moreira *et al* (2016) questionam cada conteúdo proposto, como por exemplo, ao vincularem a Ginástica com a Ginástica Geral, não deixando claro que esta é apenas uma parte das várias modalidades que compõem o conteúdo Ginástica. Outro exemplo é com o conteúdo Dança, o qual aparece tanto na educação física quanto na Arte, restringindo-se a uma perspectiva de lazer na educação física, desvirtuando-se da cultura corporal que entende ter a dança “seus fundamentos na própria vida, concretizando-se numa expressão dela e não numa produção acrobática” (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p. 81).

Relacionada às críticas apontadas anteriormente, a pesquisa de Rodrigues (2016) intitulada “*Base Nacional Comum Curricular para a área de linguagens e o componente curricular Educação Física*”, traz a resposta à comissão de especialistas do MEC, que solicitou parecer crítico, no sentido de contribuir com a delimitação dos pressupostos teóricos e de organização curricular, sobretudo no que concerne a proposta inicial de educação física.

Rodrigues (2016) indaga sobre a finalidade da BNCC para a compreensão do contexto atual e sua lógica de estruturação. Além disso, enfatiza a matéria de Camilo (2014), publicada na Revista Nova Escola, no qual aponta as diferentes metas que a BNCC busca alcançar. Sendo elas: 1) influenciar os cursos de formação inicial e continuada de professores; 2) servir de matriz para a elaboração dos exames nacionais; 3) oferecer elementos para a estruturação de aproximadamente 60% dos currículos das secretarias e unidades escolares de educação básica; 4) influenciar na **elaboração de livros didáticos**, tendo em vista a padronização nacional de objetivos e conteúdos (**grifo nosso**).

Rodrigues (2016) também traz uma comparação feita por Moreira (1999), no qual percebe semelhança nas políticas de inovação curricular desenvolvidas no Brasil, na Inglaterra e na Espanha, alertando-nos que a maior parte dessas políticas é marcada pela descontinuidade, o que tem levado à repetição de erros e à utilização ineficaz de recursos humanos e materiais. Acredita-se que as mudanças de governo influenciam diretamente nessas reestruturações curriculares, visto a repetição de tais erros darem-se pela falta de avaliação e análise das experiências.

A reforma educacional na Inglaterra, que foi desenvolvida a partir de 1987, mostra como a implantação de um Currículo Nacional acabou por “[...] estabelecer um maior controle sobre a escola por meio de um currículo detalhado e prescritivo associado à aplicação de exames externos como instrumentos de avaliação da

escola pelo desempenho dos alunos nos testes” (MOREIRA, 1999, p.137 *apud* RODRIGUES, 2016, p.36). Na Inglaterra as consequências dessa reforma educacional foram desastrosas, pois

Difundiou-se entre os professores um sentimento de desvalorização profissional e houve uma forte reação a todo processo, obrigando as autoridades educativas a revisões consecutivas do currículo e do formato dos exames, gerando ainda mais confusão e ceticismo no meio escolar. Na experiência inglesa fica evidente, também, a tensão entre autonomia e controle, quando se tentam produzir mudanças na escola. Nesse caso, as consequências negativas resultantes do fortalecimento de apenas um dos polos, no caso um forte controle sobre as escolas. (MOREIRA, 1999, p. 137-138 *apud* RODRIGUES, 2016).

Isto corrobora com a estrutura de avaliação que atualmente é utilizada no Brasil, pela ênfase em atividades preparatórias para os exames externos, empobrecendo a ação pedagógica e a diminuição de práticas de avaliações formativas. Além disso, compreendemos que o documento ganha força por apresentar os marcos legais.

Visualizamos nesse levantamento um consenso entre os estudos analisados, isto é, todos trazem o aporte legal da Base, ou seja, documentos que instituem a elaboração da BNCC, tais como: Constituição Federal de 1988 (BRASIL,1988); Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB. Lei nº 9.394/96. (BRASIL, 1996); Parâmetros Curriculares Nacionais PCN, (BRASIL,1997); Resolução nº4 do CNE, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (BRASIL, 2010); Plano Nacional de Educação (2014- 2024) Lei nº 13.005 (BRASIL 2014); Diário Oficial da União. DOU. Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015 (BRASIL, 2015).

Quanto à proposta da educação física inserida na área de linguagens, Rodrigues (2016) aponta que o documento não mostra com clareza como será realizada a integração entre os componentes curriculares a partir dos temas integradores sugeridos. Indica que há pouca articulação quanto aos objetivos da educação física e aos demais componentes da área. Confirmando, dessa forma, a ideia de Moreira *et al* (2016), na qual acreditam que o espaço da educação física e dos demais componentes curriculares da linguagem, como a Arte e as Línguas Estrangeiras, tendem a comprimir-se.

Por fim, Rodrigues (2016) contribui com apontamentos sobre o documento da BNCC, sendo eles: dificuldade que a educação física tem em padronizar seus objetivos e conteúdos ao longo das séries; a escolha de conteúdos como esportes e práticas corporais rítmicas em todos os ciclos não estão claras; a redução de “Jogos e brincadeiras” para dois ciclos; as dificuldades conceituais em práticas alternativas; o conteúdo esporte bem articulado com a realidade escolar; esportes de aventura sendo considerados interessantes por parte da juventude; a dificuldade em se incluir os alunos com deficiência em esportes de aventura; o despreparo dos professores para abordar alguns temas; relevância do exercício físico na escola; e temas como, culturas africanas e indígenas, gênero e sexualidade, pouco abordados.

Por isso, faz-se necessário compreender a realidade de cada escola, para então visualizar a materialização de tais propostas. Um apontamento que chama a atenção é o esporte de aventura, no qual são evidentes algumas dificuldades peculiares para sua operacionalização em termos de currículo nacional, quer sejam, limitações de recursos financeiros para aquisição dos materiais que tais práticas exigem, por exemplo, o slack line, a corrida de orientação, o rapel, a tirolesa, o skate, dentre outros. (RODRIGUES, 2016).

Um estudo que também colabora para a análise da discussão acima mencionada é o de Inácio *et al.* (2016) “*Práticas corporais de aventura na escola: possibilidades e desafios – reflexões para além da Base Nacional Comum Curricular*”, que objetivou analisar se as práticas corporais de aventura atendem aos princípios da educação básica presentes na BNCC, e avaliar sua inserção e seus detalhamentos na escola.

Os autores iniciam o texto apresentando conceitos e siglas dessas práticas que melhor definiriam a manifestação da cultura corporal, como “PCAs, PCANs, AFANs, Esportes de aventura, esportes de risco, Esportes urbanos/radicais, entre outros” (INÁCIO *et al.*, 2016, p.170). Em seguida, apontam certa semelhança no que diz respeito ao conceito por ele defendido e o que está na BNCC

[...] as práticas corporais de aventura, cujo aspecto central e diferenciador em relação às anteriores é que a vertigem e o risco controlado são determinantes em sua organização. Suas expressões e formas de experimentação corporal estão centradas nas perícias e proezas provocadas pelas situações de imprevisibilidade que se apresentam quando o praticante interage com um ambiente desafiador. (BRASIL, 2016, p.106 *apud* INÁCIO *et al.*, 2016, p.170).

Inácio *et al* (2016) demonstram confluir com o documento, sobretudo quando apontam que é possível o (re)encantamento como meio que nos cerca e, superação das propostas mercadológicas (mercolazer) a partir dessas práticas. Ademais, é possível inferir que o conteúdo PCAs, no interior da linguagem educação física, é adequado e desejável, haja vista a importância e o significado que estas práticas corporais vêm assumindo em tempos atuais. (INÁCIO, 2014; RODRIGUES; DARIDO, 2006 *apud* INÁCIO *et al*, 2016, p.172).

De acordo com Inácio *et al* (2016) Franco, Cavasini e Darido (2014), Armbrust e Pereira (2010) e Bruhns (1997) as práticas corporais - de aventura ou não, são manifestações que representam determinadas formas de culturas, sendo então, flexíveis, dinâmicas, cambiantes. Pois,

Tais características contribuem para a compreensão e aceitação deste conteúdo na escola; afinal, nas PCAs estão inseridas inúmeras dimensões que marcam a vida moderna em sociedade, tais como a sociabilização, a cooperação, as técnicas, a democratização (ou não) do acesso, etc. (INÁCIO *et al*, 2016, p.172).

Inácio *et al* (2016) asseveram que as finalidades das PCAs dialogam com eixos (letramentos e capacidades de aprender; leitura do mundo natural e social; ética e pensamento crítico; solidariedade e sociabilidade) e que estão alinhadas aos objetivos gerais, justificando mais uma vez sua inserção na BNCC e, por consequência, na escola.

Não obstante, o autor faz uma crítica ao uso de expressões, como vertigem, risco, perícias, proezas, imprevisibilidade, ambiente desafiador empregadas no documento para definir o conteúdo. Acredita que expressões como estas devem ser repensadas no contexto escolar. Ademais, confirma que em outras práticas como ginástica e lutas podem ocorrer imprevisibilidades. Continua a crítica quando aponta que a base apresenta uma lacuna ao dissertar sobre as PCAs desde sua forma tradicional, pouco focada em desvendar o que seriam as aventuras no ambiente escolar (INÁCIO *et al*, 2016).

Há pesquisadores da área que propõem reproduzir as PCAs tal como acontece fora da escola nas aulas de educação física ou, ainda, apresentam propostas que indicam saídas da escola como uma alternativa à falta dos 'espaços desafiadores' na mesma. (FRANCO, 2008. FRANCO; CAVASINI; DARIDO, 2014. ARMBRUST; PEREIRA, 2010 *apud* INÁCIO *et al*, 2016).

Confluímos com o estudo de Rodrigues (2016), pois, sabemos que a educação pública perpassa por vários problemas, na qual são visualizadas diariamente no cotidiano escolar. Este ambiente muitas vezes não tem o mínimo para a prática da educação física: o espaço. A escola não dispõe de recursos (transporte, alimentação, taxas de entrada, taxas de empresas de aventura etc.) para arcar com os custos que aí se apresentam para as PCAs no contexto escolar. Assim, é importante refletir que

Quando a BNCC propõe práticas ‘na Natureza’, e suas consequências em relação ao acesso a tais práticas: o entorno é um espaço ao qual os alunos teriam acesso caminhando, no tempo estabelecido para as aulas de EF e em tempo de retornar para aulas de outras disciplinas? Ou o entorno pode ser algum espaço/Natureza mais distante da escola, que exigiria mais tempo para o deslocamento, inclusive com o uso de transporte, custos, troca de horários com outras disciplinas e/ou realização no contraturno ou sábados? (INÁCIO *et al*, 2016, p.179).

Além disso, Inácio *et al* (2016) trazem outra questão relevante para refletirmos, a formação inicial. Para chegarem nessa informação foi realizado um levantamento em 36 cursos de formação inicial e a educação física de universidades federais brasileiras, os quais estariam relacionados com as PCAs. O resultado encontrado foi de apenas duas disciplinas do tipo optativas e, como conteúdo inserido na ementa consta em três disciplinas ligadas à temática Lazer. Portanto, infere-se que há lacunas na formação dificultando a abordagem dessas práticas em âmbito nacional. É preciso sanar primeiro a lacuna da graduação para que o conteúdo passe a ser efetivamente ensinado na educação básica (INÁCIO *et al*, 2016)

Salientando esta temática, o estudo “*Saberes docentes e formação de professores de Educação Física: análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na perspectiva da Profissionalização do Ensino*” de Rufino e Neto (2016) buscou fazer uma análise documental da BNCC (BRASIL, 2016), tendo como foco de orientação a profissionalização do ensino a partir da disciplina educação física. Contribuindo positivamente para uma visão mais ampla do que vem a ser a BNCC e seus possíveis interesses.

Goodson citado por Rufino e Neto (2016) entende por profissionalismo, ou profissionalidade, a preocupação intrincada com a ação ocupacional e do seu

caráter social. No caso da docência, a prática de ensinar; e por profissionalização, um “processo que transforma uma atividade desenvolvida no mundo do trabalho mediante a circunscrição de um domínio de conhecimentos e competências específicas”. (WEBER *apud* RUFINO; NETO, 2016, p. 44).

Tardif citado por Rufino e Neto (2016), aponta que historicamente o processo de profissionalização do ensino tem procurado atingir alguns avanços importantes no que concerne, por exemplo, a busca pela autonomia e valorização profissional, bem como a construção de uma base sólida de conhecimentos que corrobore com o desenvolvimento da identidade dos professores. Assinala ainda que esse empreendimento tem se mostrado desigual, de modo que ele não evoluiu no mesmo ritmo em todas as regiões e países, provocando tensões que inviabilizam uma reestruturação completa da profissão.

Rufino e Neto (2016, p. 44) apontam que a questão da profissionalização do ensino perpassa pelas políticas públicas “ao se responsabilizarem por regular, orientar, analisar, fiscalizar e alterar os pressupostos basilares dos processos pedagógicos nos níveis de ensino”.

Em linhas gerais, podemos considerar ainda, que em diversas situações há equívocos com relação às formas de implementação das políticas públicas no contexto educativo. Dentre os principais dilemas constata-se a visão “aplicacionista” muitas vezes presentes nesse cenário. (ZEICHNER, 2013; TARDIF, 2012; PERRENOUD, 1997; PÉREZ GÓMEZ, 1995; SCHON, 1987; 1983 *apud* RUFINO; NETO, 2016, p.44). Os autores acreditam que essa perspectiva desconsidera o trabalho docente como núcleo gerador de sentidos e significados da profissão, estando em desacordo com os processos que buscam legitimar a profissionalização do ensino.

De acordo com Tardif citado por Rufino e Neto (2016), a profissionalização do ensino foi intensificada a partir da década de 1980, por meio de um conjunto de ações oriundas de diversos países. Para Rufino e Neto (2016) o relatório “Holmes Group” de 1986, considerado um marco para o movimento de profissionalização do ensino, o qual explicitava a necessidade da criação de formas de melhorar os programas de formação de professores foi necessário ao desenvolvimento de um amplo conjunto de conhecimentos compatível com as necessidades que a profissão docente apresentava.

Outrossim, o estudo analisado apresenta um debate acerca dos saberes que estão arrolados na BNCC. Para Gauthier *et al* (2013) citado por Rufino e Neto (2016), a determinação desse repertório específico de conhecimentos deve ser feita a partir da análise do trabalho docente. É preciso compreendê-lo como um “ofício feito de saberes”, valorizando o trabalho dos professores como núcleo gerador de sentidos de sua profissão. (RUFINO; NETO, 2016, p. 522-53).

Essas questões recaem sobre as políticas nacionais de formação docente, as quais, de acordo com Rufino e Neto (2016), o documento não explica de que maneira haverá a articulação dessas políticas com a BNCC, indicando uma lacuna entre o que é proposto e sua implementação. Também se infere que as proposições contidas na BNCC (BRASIL, 2016) têm como intenção chegar às universidades, assim como servir de referência nas avaliações de curso e de professores. Convergindo com o estudo anterior “é preciso sanar primeiro a lacuna da graduação para que o conteúdo passe a ser efetivamente ensinado na educação básica”. (INÁCIO *et al.*, 2016, p. 180). Desta forma

podemos considerar que, em linhas gerais, o documento da BNCC apresenta direcionamentos que podem vir a impactar de certa forma e de modo mais específico um conjunto de saberes vinculados aos saberes curriculares, relacionados aos programas de ensino, currículos, diretrizes curriculares, propostas pedagógicas, parâmetros curriculares, livros didáticos, entre outros (GAUTHIER *et al.*, 2013). Os saberes curriculares abrangem tradições pedagógicas e estão fortemente atrelados às orientações curriculares e aos processos de organização e sistematização dos conteúdos escolares que, por sua vez, tendem a desenvolver, direcionar e orientar o trabalho docente. (RUFINO E NETO, 2016, p. 55).

Assim, Rufino e Neto (2016, p. 56) inferem que o documento da BNCC (BRASIL, 2016) “para a prática pedagógica, se limita a propor orientações cujo direcionamento induz, em princípio, a abrangência de apenas parte da complexidade dos saberes docentes – os saberes curriculares.” Além disso, fazem uma crítica acerca da legitimidade da educação física, pois acreditam que a mesma encontra-se apenas em reproduzir conteúdos. Esse fato demonstra que este componente curricular ainda está em processo de busca por sua legitimidade social dentro do contexto escolar (RUFINO; NETO, 2016, p. 55). Em síntese apresentam três possíveis cenários diante da atual situação

1) No primeiro cenário, a BNCC passa a ser um documento amplo e reconhecido, ao menos em grande parte do país, o que exige uma intensa discussão sobre a formação de professores; 2) No segundo cenário, a BNCC passa a ser considerada apenas mais uma proposta cujo “impacto” para a prática é ineficiente e menor do que deveria ser enquanto política pública; 3) O terceiro cenário, talvez o mais utópico dos três, indica a compreensão da BNCC como “UM” dos elementos que compõe apenas uma parte da complexidade de saberes mobilizados no ato de ensino. Sendo assim, ela pode contribuir com a formação docente à medida que dialoga com a prática profissional, busca desenvolver formas de valorizar o trabalho docente e permite introduzir uma nova cultura de aprendizagem e desenvolvimento da profissão de professor de Educação Física, fortemente vinculada às dinâmicas da prática pedagógica (RUFINO E NETO, 2016, p. 58).

Portanto, independente de qual cenário será concretizado, é fundamental compreendermos que o tema BNCC é complexo e precisa de olhares mais críticos, isto é, discussões com aprofundamentos e indagações de todas as facetas este que possa apresentar.

A fim de levantar diferentes questões que possam estar relacionadas à BNCC, analisamos o estudo que contempla o debate acerca da educação Física na Educação Infantil intitulado “*A Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular: pressupostos e interfaces com a Educação Física*” de Mello *et al.* (2016), no qual revelam que a educação física possui “uma longa trajetória na Educação Infantil, geradora de conhecimentos práticos e teóricos, que não podem ser negligenciados ou ignorados pela BNCC” (MELLO *et al.*, 2016, p.131).

Assim sendo, a BNCC propõe a integração curricular na Educação Infantil por meio dos campos de experiências², que são compreendidos como “[...] um conjunto de práticas que articulam os saberes e os fazeres das crianças com os conhecimentos já sistematizados pela humanidade” (BRASIL, 2015, p. 21 *apud* MELLO *et al.*, 2016, p. 136).

Diante da análise do documento, Mello *et al.* (2016) questionam a falta de clareza quanto aos referenciais teórico-metodológicos que sustentam a Base e isso obstrui a sua plena compreensão. Além disso, a ausência de diálogo com as produções no campo acadêmico-científico dificulta perceber possibilidades para a operacionalização dos pressupostos que fundamentam essas categorias,

² Em relação à ideia de campos de experiências, o estudo de Klippel (2013), com base na teoria da relação com o saber, de Bernard Charlot (2000), destaca as figuras do aprender valorizadas pelas crianças nas experiências que elas estabeleceram com os jogos e as brincadeiras nas aulas de Educação Física na Educação Infantil. (MELLO *et al.*, 2016, p. 137)

aumentando as lacunas entre teoria e prática. Assumem ainda um viés crítico quanto à possibilidade de engessamento dos objetivos de aprendizagem destinados aos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas. Assim, é válido ressaltar que a

BNCC extrapola a função de apresentar os pressupostos gerais para a Educação Infantil e entra em questões curriculares específicas, que, em nossa compreensão, deveriam ser desenvolvidas por cada unidade de ensino, considerando as particularidades locais e as singularidades dos sujeitos presentes em cada contexto. (MELLO *et al*, 2016, p.144).

Portanto, devemos considerar que a condição de trabalho do professor é determinante para a materialização da BNCC, isso porque aspectos, como organização dos tempos e rotinas, materiais, espaços, influenciam diretamente na concretização desse documento, principalmente, nas escolas públicas.

Outro estudo que vem subsidiar o debate é o de Neira e Souza Júnior (2016) denominado de “*A Educação Física na BNCC: procedimentos, concepções e efeitos*”, no qual apresentam a reflexão acerca do componente educação física, trazendo um olhar sobre os bastidores do processo. Os autores levantam a questão de que a BNCC, diferentemente de outros documentos, se deu de forma ampla, onde o processo de construção contou com pesquisadores e profissionais ligados aos mais variados setores da educação, os quais têm apresentado críticas e sugestões.

No entanto, apesar do documento possuir muita visibilidade, sobretudo na mídia, confluímos com Neira e Souza Júnior (2016) quando elucidam que algumas questões seguem sem resposta, dentre elas, o processo de construção, argumentos que fundamentam a concepção de educação física e os efeitos que o documento pode suscitar.

Para tal, os autores são contraditórios quanto à finalidade da BNCC, podendo ser visualizada no seguinte trecho “a primeira versão já contemplava o sujeito que se queria formar, as concepções de cada etapa, área, componente e, aquilo que se transformou em alvo de críticas de todos os lados: um rol de objetivos distribuídos em ciclos ou anos da escolarização.” (NEIRA E SOUZA JUNIOR, 2016, p. 193). E em outro aponta

A BNCC não diz qual brincadeira, dança, luta, esporte, ginástica ou prática corporal de aventura devem ser tematizados, nem tampouco como fazê-lo ou avaliá-lo. Isso cabe à escola decidir. As escolas têm que olhar para essa proposta como o início de uma discussão mais ampla. A BNCC não pode ser todo o currículo, pois é simplesmente o começo. Qualquer projeto pedagógico ficará a dever caso se restrinja somente ao que consta no documento. (NEIRA E SOUZA JUNIOR, 2016, p.202).

Ou seja, não fica clara a real função da BNCC, visto que os autores se contradizem. Por fim, os autores afirmam que há um risco sempre que uma política é planejada e colocada em prática. O risco é de que “o documento se transforme em um conjunto de conhecimentos obrigatórios a serem trabalhados”. (NEIRA; SOUZA JÚNIOR, 2016, p. 203).

Além disso, os autores confluem com outros estudos, como de Arroyo (2016) e Rufino e Neto (2016) quando apontam que há uma premente necessidade da valorização advinda dos conhecimentos que as crianças, jovens e adultos possuem, bem como a compreensão de que os professores são sujeitos do processo. Isso recai sobre vários fatores, tais como: melhor remuneração, políticas de formação continuada, melhores condições de trabalho e vida. Se todas essas questões não forem levadas em consideração “todo esse esforço irá por água abaixo”. (NEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016, p. 203).

O estudo de Martineli *et al* (2016) “*A Educação Física na BNCC: concepções e fundamentos políticos e pedagógicos*” contribui para a compreensão da concepção de educação física que o documento BNCC traz. Conforme Martineli *et al* (2016) a concepção apresentada na BNCC é a educação física fenomenológica/sociológica, sendo assim, há uma valorização da subjetividade humana, a formação do cidadão para a cidadania e o trabalho por meio das práticas corporais, secundarizando a ação do professor. Portanto, podemos compreender que essa valorização do sujeito recai em um esvaziamento do conteúdo, bem como, essa perspectiva de secundarização do professor converge com as políticas educacionais neoliberais e pós-modernas advindas dos organismos internacionais.

Além disso, Martineli *et al* (2016) apontam que a BNCC representa um conjunto de “reformas e de ações políticas nos vários segmentos sociais, para garantir uma formação com fins de disseminar valores e princípios necessários ao modelo de organização social vigente e às necessidades de reestruturação produtiva” (MARTINELI *et al*, 2016, p. 79). Essa ideia traduz essa realidade

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão na sociedade capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. (MÉSZÁROS, 2008, p. 15).

De modo geral, infere que essa política educacional será reafirmada na BNCC. Ademais, são muitas as críticas em torno desse documento, como da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH, 2016), entre outras representações, no qual julgaram inadequadas como a BNCC foi estruturada e o pouco debate público que a envolveu.

Por fim, as discussões elencadas também serão pontos evidenciados no último estudo “*A Base Nacional Comum Curricular: uma proposição necessária para a Educação Física?*” de Boscatto, Impolcetto e Darido (2016), o qual propõe apresentar os percursos da BNCC apontando questões histórico-legais, bem como, analisando a construção do currículo escolar e sua relação no contexto da educação física.

Conforme Boscatto, Impolcetto e Darido (2016) historicamente, há uma necessidade de mudança ou organização em torno dos elementos da cultura corporal, isto é, o que deve ser tratado nas aulas de educação física, visto que durante tempos a educação física foi tratada como atividade regular na escola, com o objetivo de aprimorar a aptidão física, esportiva e a saúde, na qual essa visão teve origem no período dos governos Militares. No entanto, a mudança ocorreu pelo

desenvolvimento acadêmico e científico no campo da EF, como o denominado “Movimento Renovador” (SOARES, *et al*, 2012) e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, (BRASIL, 1996), que vêm demonstrar que, na contemporaneidade, a EF escolar adquire uma responsabilidade que supera a atribuição de uma “atividade” escolar restrita e passa a um fazer de exercícios corporais. Sobretudo, a EF adquire o caráter de um componente que compõe o currículo da escola e, nesse caso, é responsável por um conjunto de conhecimentos que são oriundos do universo da “cultura” corporal de movimento (BOSCATTO; IMPOLCETTO; DARIDO, 2016, p. 107).

Embora, a educação física tenha sofrido essa mudança, alguns autores inferem que a mesma não se encontra com a mesma importância dos outros componentes curriculares. Para Freire e Scaglia (2003), se a educação física pretende ter um status semelhante ao das demais disciplinas curriculares é

imprescindível que se defina seu objetivo e objeto de ensino. Um dos problemas mais graves que se perpetuam na área é a definição insuficiente dos conhecimentos que devem ser desenvolvidos na escola (FREIRE; SCAGLIA, 2003, *apud* BOSCATTO; IMPOLCETTO; DARIDO, 2016, p.108).

Nesse sentido, Kunz citado por Boscatto, Impolcetto e Darido (2016, p.107) acredita que a organização de um “programa mínimo” para a educação física poderia pôr fim à “bagunça interna” da disciplina, que ocorre pela falta de um programa de conteúdos definidos numa hierarquia de complexidade e objetivos específicos para cada série de ensino.

Diante desse contexto, verifica-se que o entendimento dos autores citados possui pontos convergentes, isto é, a necessidade de definição de conteúdos a serem ensinados por esse componente curricular e a organização desses conteúdos por anos ou ciclos de acordo com o nível de complexidade. Além disso, Boscatto, Impolcetto e Darido (2016) compreendem que os conhecimentos curriculares em comum podem constituir uma base mínima de conteúdos de ensino e de objetivos de aprendizagem, que poderá auxiliar os professores de educação física na elaboração de seus próprios planejamentos, levando em consideração suas particularidades. Podemos inferir que os autores são mais favoráveis a BNCC e que repercutem a ideia de melhora na educação básica, sobretudo a educação física.

Para Forquin (1993) e Cucho (2002) essa perspectiva tem aproximação com a concepção universalista de cultura, a qual considera que há elementos culturalmente desenvolvidos que necessitam ser transpostos para as práticas educativas. Nesse contexto, Boscatto, Impolcetto e Darido (2016) apresentam ideias favoráveis a BNCC, pois acreditam que nada impede que a BNCC apresente conhecimentos que deem ênfase às minorias ou às pluralidades culturais, isto é, aspectos multiculturais podem estar presentes na BNCC no sentido de discussão para o olhar crítico através das práticas educativas.

A questão que proponho na reflexão desse capítulo é de que a BNCC desvela um cenário de disputas e concepções de currículo, portanto, devemos dinamizar debates em outras vertentes que cercam esse documento. É válido ressaltar que da análise dos estudos compreendemos que o documento BNCC apresenta várias facetas e sua interpretação depende diretamente do conceito de currículo que cada autor possui.

3 CAPÍTULO II – A BNCC NA ESCOLA DE APLICAÇÃO DA UFPA

O objetivo deste capítulo é apresentar a análise das entrevistas realizadas e desvelar as percepções encontradas diante dessa temática, na qual tivemos como sujeitos a direção da Escola de Aplicação (entrevistado 1), a coordenação do Ensino Fundamental Séries Iniciais (entrevistado 2) e dois professores de educação física desta mesma coordenação. Para melhor compreensão, sistematizamos alguns pontos de análise, como: percepções da Base, contradições e seu processo de adequação na referida instituição de ensino.

3.1 Sujeitos e percepções sobre a Base Nacional Comum Curricular

A fim de entender como esta temática adentrou a Escola de Aplicação da UFPA, faz-se necessário a visualização deste cenário de uma forma mais ampla. A análise a seguir mostra a visão da direção sobre a BNCC.

No primeiro momento, o entrevistado 1 traz uma concepção da Base que pode ser visualizada no trecho *“temos que entender que a Base não é o currículo, isso é fundamental. Quando ela diz que é indutora de currículos, ela está colocando os princípios”*. Portanto, sendo dessa forma, infere que a BNCC torna-se mais flexível a partir dessa nova nomenclatura, isto é, indutora de currículos. Nesse sentido, encontramos na literatura algo que se aproxima desse pensamento

O objetivo principal, como constava do documento introdutório da BNCC, era oferecer subsídios às propostas curriculares, trazendo a preocupação com as especificidades que caracterizam as escolas brasileiras (BRASIL, 2016). Tal objetivo apontava para a necessidade de que a BNCC não ignorasse o campo próprio das escolas, os pensamentos e concepções sobre ensino e educação que nelas estavam presentes, bem como as questões relacionadas com o ensino e a aprendizagem dos alunos (CÂNDIDO e GENTILINI, 2016, p. 325).

Além disso, percebemos mais apontamentos positivos da Base do que críticas, pois o mesmo acredita que o planejamento entre as áreas é a riqueza do ensino. Segundo o entrevistado 1, *“a Base induz a ideia de planejamento integrado na área, isso pra mim é muito bom, com todas as críticas que posso fazer, eu acho que o planejamento na área e entre as áreas é a riqueza, porque os componentes*

não ficam mais isolados”. Logo, aponta que essa integração poderá trazer uma melhora na Educação, pois “pensar de forma disciplinar não tem mais sentido”.

o diálogo que se estabelece entre os componentes tem um ganho com isso, por exemplo, ao discutir cultura no código de linguagens, todos os componentes curriculares desse eixo como língua portuguesa, educação física, língua inglesa e arte podem trabalhar o mesmo tema e quem sabe até compartilhar o mesmo texto. Imaginemos o ganho que o aluno terá, quando vários componentes curriculares discutirem o mesmo tema a partir da sua ótica. (ENTREVISTADO 1, 2018).

Contribuindo para essa visão mais ampla e positiva da BNCC, fomos buscar a ideia apresentada pela coordenação do ensino fundamental I, sendo este nível de ensino considerado o mais avançado no que concerne à adequação da BNCC na Escola de Aplicação da UFPA. O entrevistado 2 segue para o mesmo segmento de interdisciplinaridade, pois acredita que a partir dessas socializações de planejamentos pode-se *“cruzar essas informações e pensar juntos para entender que um ano (ciclo) depende do outro e que é uma sequência.”*

Igualmente, percebemos nos dois entrevistados que há uma preocupação maior no processo de implementação e adequação da Base do que discutir esse documento de forma mais minuciosa, apontando outros interesses. Portanto, em vista disso, poucas críticas, relatos mais abrangentes e contrapontos a respeito da BNCC pelos dois sujeitos, contribuíram para pouca reflexão deste documento e do que ele representa no cenário nacional, o que tornaria o debate mais profundo.

Justificando essa análise, podemos inferir que esses sujeitos, não são os agentes principais da materialização da BNCC na escola, e por isso apresentam poucas informações em relação aos conteúdos e aos contrapontos da Base. Já, a partir do olhar dos professores, sobretudo na área em questão, visualizamos uma percepção mais crítica do que vem a ser esse documento. De acordo com os professores entrevistados *“a BNCC está dentro de um bojo de orientações políticas, dentro de uma política educacional”* (PROFESSOR 1). Ou seja, vai para além de um simples documento ou planejamentos.

Além disso, o professor acredita que o documento de orientações é importante, assim como planejar. Porém, aponta para a necessidade de uma discussão mais ampla e crítica à forma na qual a BNCC fora colocada, sem uma

comissão organizada pela escola que permitisse discussões sobre a transparência dos conteúdos.

Daólio (2002) afirma que os grandes planejamentos, além de não contemplarem todas as realidades, podem ser utilizados como modelos estanques para o desenvolvimento das aulas, situação que nega os pressupostos que a discussão cultural da EF defende. O autor concorda com o uso dos planejamentos apenas quando tomados como referência, atualizados constantemente, construídos e debatidos com os próprios alunos, de acordo com o projeto escolar, considerando os contextos nos quais serão aplicados. (DAOLIO, *apud* IMPOLCETTO; DARIDO, 2016, p.109).

Ademais, o professor 1 traz um questionamento sobre a secundarização de algumas disciplinas, no caso da educação física, a qual se encontra em um local de não privilégios, pois está inserida na área de linguagens. Tendo nessa área o principal componente a língua portuguesa, que se configura como uma disciplina curricular importante nas provas de larga escala. Essa visão pode ser observada em Moreira *et al* (2016) temem que a educação física abarcada pelas linguagens possa tornar-se apenas um acessório para o principal componente curricular desse agrupamento.

3.2 Contradições da Base Nacional Comum Curricular

A partir das entrevistas, podemos destacar mais um ponto de análise que chamou-nos a atenção, pois se observou que os entrevistados estão cientes de que o documento é contraditório em alguns aspectos e precisa de mais discussões amplas com os principais agentes, os professores.

De acordo com a visão do entrevistado 1, a Base apresenta a interdisciplinaridade, mas não demonstra como será o processo de avaliação. Conforme questiona: “*seria uma avaliação integrada? Se estamos dialogando entre as áreas, é importante que a avaliação siga de forma integrada*”. Portanto, o documento deixa lacuna nesse aspecto da avaliação, sendo tal processo importante para o ensino e aprendizagem.

Além disso, aponta para uma contradição maior que é a desigualdade no ensino, pois entende que na Escola de Aplicação da UFPA não haveria muitos problemas para a adequação da BNCC pela estrutura e condições de trabalho do professor. Entretanto, percebe que as escolas da rede estadual e municipal terão

muitas dificuldades. Nesse mesmo sentido, o professor 1 contribui: *“Eu não posso dizer que a criança da EAUFPA que tem acesso a uma gama de conhecimentos e espaços adequados para a prática da educação física são as mesmas crianças das escolas de periferia, da comunidade. Estamos muito além”*. (ENTREVISTADO 1, 2018)

Ademais, essa situação tende a piorar nas cidades do interior do Estado, como ressaltou a direção da Escola de Aplicação, ao falar da escassez de professores de algumas disciplinas como Física, Química etc., representando uma limitação na escolha do aluno, tendo este que frequentar as disciplinas disponíveis na escola, tornando a Base uma ferramenta de imposição e não de escolha como esta promete. No trecho a seguir podemos visualizar essa ideia, *“Há cidades no Marajó, por exemplo, que não tem condições de ofertar todas as áreas, nem tampouco a parte diversificada por ausência de docentes. Então o aluno vai fazer o que tiver, não tendo a democracia da escolha, sendo algo imposto”*.(ENTREVISTADO 1, 2018).

No entanto, observa-se que o discurso presente na mídia destaca a BNCC como promotora da equidade, pois possibilitará que estudantes das diferentes regiões do país tenham os mesmos direitos de aprendizagem.

Ao analisar na entrevista a perspectiva sinalizada pelo entrevistado 2 acerca das contradições da BNCC, verificou-se que o mesmo não apresenta relatos referentes a tais. Percebeu-se, contrariamente, que o enfoque maior está no processo e adequação dos planejamentos. Portanto, não visualizamos outro ponto de vista a não ser a ideia de que é preciso implementar a Base, assim como deixa claro nesse trecho: *“a gente realmente entende que é necessário e que a gente não pode deixar para a última hora”*. (ENTREVISTADO 2, 2018).

Convergindo com essa ideia, Impolcetto e Darido (2016) afirmam que a BNCC é de fato uma proposição necessária, tanto para a educação física, quanto para os outros componentes curriculares, pois está prevista em vários documentos e leis. Diante disso, compreendemos que tal fato, cabe ainda diversos questionamentos quanto ao processo de acesso, compreensão e implementação dos pressupostos que esse documento apresenta para as disciplinas curriculares, no qual poderá ser temas para outros estudos.

Quanto às lacunas evidenciadas em torno das contradições acerca da BNCC, por parte dos entrevistados 1 e 2, percebemos que os professores também

questionaram a falta de debates que abordassem os contrapontos da BNCC, apesar de ouvirem da coordenação que a mesma faz uso de palestras e momentos de formação do professor. Face disto há uma crítica que diz respeito ao diálogo sobre todas as faces da Base e não somente sua aceitação. O professor 1 afirma que há uma visão de unilateralidade evidenciada por parte da coordenação da instituição, isto é, uma única ideia positiva referente a implementação da BNCC na escola.

Fazendo uma correlação com essa problemática, dialogamos com um relato de experiência de Sena *et al.* (2016), no qual apresentam o resultado do Fórum de Discussão sobre a BNCC - educação física, realizada em novembro de 2015 em Natal-RN. Esta ação, pensada a partir da iniciativa dos professores responsáveis pela formação continuada em educação física do Município de Natal/RN, buscou atender as demandas das reflexões sobre a educação física brasileira em resposta às indagações e propostas da 2ª Conferência Nacional pela Educação – CONAE.

As contribuições, como questionamentos e dúvidas foram elencadas no Fórum de Discussão da Base Nacional Comum Curricular em educação física na UFRN. Contribuições essas que ficaram no campo dos conteúdos/objetivos, as quais eram colocadas em debate e em seguida esclarecidas. Percebe-se ao decorrer do relato que nos encontros havia um objetivo que era apontar uma visão positiva da Base (SENA *et al.*, 2016).

Em referência de Senna *et al.* (2016) percebemos que o professor 1 faz apontamentos similares, quando observa que os encontros para discutir a Base na Escola de Aplicação, organizado pela coordenação do fundamental I, vem com a finalidade de expor somente um viés. O trecho demonstra a inquietação do professor com tal situação:

Então as discussões para a qual temos sido chamados em relação à Base é para falar de uma forma positiva a respeito desta, sem colocar os contrapontos. Apesar de ser contrária a Base, me esforço para escutar e enxergar o que há de positivo em seu teor, mas acredito que esse tipo de discussão não deve ser unilateral. Inclusive vindo da Coordenação uma visão positiva da Base, sem espaço para o contraditório e para o que se pode fazer para a manutenção de nossa autonomia, dos nossos planejamentos, da maneira como ensinamos os conteúdos, enfim... Esse tipo de discussão se faz ausente em nossas reuniões. (PROFESSOR 1, 2018).

Diante disso, visualizamos um possível cenário em que se encontra a Escola de Aplicação da UFPA ao tratar dessa temática, no qual há uma conformidade da

implementação da BNCC por parte da coordenação e direção e uma necessidade de mais debates amplos para discutir os contrapontos da BNCC por parte dos professores.

3.3 Processo de adequação da BNCC na Escola de Aplicação da UFPA

Nos foram repassadas informações que no ano de 2018 aconteceria um evento maior organizado pela Escola de Aplicação da UFPA para discutir a Base, com a presença do MEC. No entanto, até o momento esse evento não ocorreu. Ocorreram apenas os promovidos pelas coordenações de ensino de forma isolada, como na coordenação do ensino fundamental I, que podem ser chamados de socializações de planejamentos.

Em vista disso, essas socializações que aconteceram, de acordo com o professor 1 não objetivaram discussões como, os contrapontos que a Base apresenta, a perda de autonomia do professor e alguns limites impostos pela Base. Além de tudo, o professor 1 questiona os poucos encontros e acredita que esse novo caminho da implementação da BNCC está dentro de uma política e interesses maiores, como podemos destacar na sua fala

entender também que se parte de uma política maior dos organismos internacionais que tentam colocar a educação e os conteúdos dentro de uma caixinha. Dizendo o que o professor deve ou não ensinar é como algo que restringe a autonomia desse professor e restringe o nosso ato de educar” (PROFESSOR 1, 2018).

Nesse sentido, encontramos na literatura estudos que apontam para um olhar mais crítico do que vem ser a BNCC

O entendimento de que as normatizações curriculares perpassam por relações de poder são apresentadas nos estudos de Macedo e Fragella (2016) e autores como Pereira e Oliveira (2014); Sússekind (2014); Mello (2014); Redyson e Santos (2015); Limaverde (2015); Fineduca (2016); Burgos (2015) reiteram essa concepção. Nesse movimento observa-se a polarização em torno da abordagem da BNCC como um documento que vem contemplar interesses dos grupos hegemônicos que têm representado a educação em diferentes setores da sociedade. (TRICHES; ARANDA, 2016, p.91).

A influência de concepções de autores europeus e norte-americanos, no campo das políticas educacionais tem sido significativa, pois em um contexto de globalização espalhasse o discurso de que é preciso adaptar a educação às mudanças econômicas e de concorrência internacional (KRAWCZYK *apud* TRICHES; ARANDA, 2016, p. 82). Essa influência promove ainda mais desigualdades, visto que atinge toda a realidade social e repercute nos processos de produção de conhecimento.

Portanto, as críticas que o professor traz nos faz repensar a educação e, sobretudo a formação. Acreditando que antes de discutir essas políticas educacionais devemos repensar a estrutura na qual a maioria dos professores encontra-se, pois a carreira docente atualmente encontra-se precarizada. A exemplo disso, o plano de cargos e carreiras unificadas dentro do Estado e as condições de trabalho desse professor, como o adoecimento docente. Conforme, Triches e Aranda (2016) as regulamentações têm influenciado no poder de decisão das políticas educativas, sendo o setor privado a voz mais ouvida nesse processo.

Fazendo referência às incumbências que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) estabelece para os docentes, ressalta também a participação dos professores na tomada de decisões sobre os currículos e projetos pedagógicos da escola: a) posicionando o professor como aquele a quem incumbe zelar pela aprendizagem do aluno - inclusive daqueles com ritmos diferentes de aprendizagem -, tomando como referência, na definição de suas responsabilidades profissionais, o direito de aprender do aluno, o que reforça a responsabilidade do professor com o sucesso na aprendizagem do aluno; b) associando o exercício da autonomia do professor, na execução de um plano de trabalho próprio, ao trabalho coletivo de elaboração da proposta pedagógica da escola; c) ampliando a responsabilidade do professor para além da sala de aula, colaborando na articulação entre a escola e a comunidade (BRASIL *apud* GARCIA, 2016, p.x).

Embora, a legislação fale em autonomia e participação dos professores na elaboração curricular, compreendemos que o conjunto das políticas testemunha o caráter crescente de controle e regulação sobre o trabalho docente e os currículos. São exemplos os exames nacionais de avaliação da Educação Básica (Prova Brasil, SAEB e ENEM), a proposição do ENAMEB (Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica) e da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), etc. (GARCIA, 2016, p. x). Ademais, conforme Candido e Gentilini (2016) estudos e pesquisas aduzem que as avaliações devem ser respaldadas nos conteúdos

oferecidos pelas escolas e não, ao contrário, a escola moldar-se às avaliações. Essa prática acaba descaracterizando o sentido do ato de avaliar.

Por conseguinte, a preocupação que se tem, no entanto é com os rumos que podem ser tomados com a apresentação da Base Curricular Nacional; se não forem claros os objetivos e a abertura para os pensamentos e posicionamentos de cada escola, corremos o risco de conduzir o ensino somente pelo que foi proposto pelo documento, sem preocupação com a vontade e peculiaridades das instituições educacionais e escolares (CÂNDIDO E GENTILINI, 2016, p. 329). Concordamos com o professor 1 quando ela questiona *“pode ser muito bonito e chamativo o documento, mas se ele não puder ser executado, não tem uma razão de ser para acontecer”* (PROFESSOR 1, 2018).

Salientamos a importância de se discutir o currículo, como conhecimento selecionado da própria cultura, mas não podemos perder-nos nos propósitos dessa discussão e esquecer, por exemplo, a importância da autonomia que a escola precisa ter para estudar a melhor proposta de trabalho frente à realidade de seus estudantes. Dessa forma, entendemos que (...) *“o currículo não pode ser separado do contexto social, uma vez que ele é historicamente situado e culturalmente determinado.”* (VEIGA *apud* CÂNDIDO; GENTILINI, 2016, p. 329).

4 CONCLUSÃO

Este estudo nos revela que a educação tem perpassado por anos em luta pela equidade no ensino e aprendizagem, bem como seguindo firme no propósito de prover autonomia no que diz respeito às práticas pedagógicas compartilhadas na escola, autonomia esta que deveria ser a tônica de todo o sistema escolar, envolvendo todos os sujeitos que dele participam.

A BNCC é o mais novo documento que regerá a educação brasileira, sendo considerado por muitos estudiosos um retrocesso, uma perda de espaços que já haviam sido conquistados. Isso pode ser constatado nos artigos da Revista Motrivivência que foram analisados neste trabalho, os quais apresentam críticas negativas sobre a BNCC.

Os autores assinalam que a BNCC estabelece currículos e conteúdos, porém é silenciosa no tocante às condições e forma de materialização desse currículo na escola. Qual o motivo desse silêncio? Culpabilizar a escola e a comunidade escolar por seu anunciado fracasso? Quais interesses se escondem por de trás desse silêncio? Quanto de poder carrega a BNCC?

Isso nos conduz ao entendimento de que o currículo contém muito mais do que ele mostra que tem. Pois nele, além de tudo, está contida nossa vida e nossa história. Assim, devemos estar atentos para todos os discursos, legislações e normativas que nos impõem currículos na escola, o qual já assumiu uma vertente clássica, substituída pela tradicional que vem sendo combatida pela vertente crítica, sendo ambas questionadas pela pós-crítica.

Ademais, a partir da análise das entrevistas inferimos que a Escola de Aplicação da UFPA apresenta um possível cenário, no qual a gestão acredita que a Base é necessária e que o aluno irá ganhar com esse novo documento. Porém, observamos divergências de opinião e de entendimento, quando os professores de educação física, apontam a necessidade de um debate mais amplo antes de sua implementação, acreditando que a BNCC poderá engessar conteúdos, bem como retirar a autonomia docente³. Além disso, concluímos que a gestão contribuiu pouco

³ Tratar de autonomia de professores requer conhecimento e compreensão das contradições e das ambiguidades do trabalho docente, em meio às problemáticas da educação, do exercício da docência, dos processos de construção da identidade docente, do desenvolvimento da profissionalização, das condições em que os professores trabalham, da importância do ensino e do seu status profissional, dos modos do professor de ser e estar em relação ao mundo em que vive e atua profissionalmente, cujo trabalho não se

para uma análise mais crítica do documento e, isso pode ser visualizado na fala dos professores, os quais apontam que os debates promovidos pela escola foram em um único sentido, isto é, de conformidade.

As reflexões que realizamos neste texto, nos possibilita inferir que a BNCC foi fundamentada e alicerçada para atender aos interesses da classe dominante em prol da manutenção do *status quo*. Isso fica claro ao conhecermos quem foram os mediadores e os organizadores desse documento, o MEC, o CONSED e a UNDIME, ou seja, representantes e defensores de políticas educacionais orientadas e impostas por organismos internacionais.

No que concerne à Educação Física nos preocupa o fato de seu possível estrangulamento no núcleo curricular de linguagens, que comporta um dos dois mais privilegiados componentes curriculares – a Língua Portuguesa. Outros pontos também nos chamam a atenção, como a indefinição do papel da Educação Física no Ensino Infantil e a incoerência e falta de lógica no que concerne a distribuição e orientação dos conteúdos a serem trabalhados, tanto do Ensino Infantil quanto do Fundamental; a contradição do entendimento da BNCC sobre a cultura corporal e seu verdadeiro significado, ao suprimir a contextualização dos conteúdos elencados, focando na aprendizagem da técnica.

Hoje dia 04 de dezembro, finalizando a revisão deste texto, a BNCC do ensino médio foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, última etapa antes da homologação do documento, que garante carga horária obrigatória nas três séries do ensino médio apenas para Português e Matemática. Asfixiando a carga horária das outras disciplinas.

Desta forma nos posicionamos contrários á hierarquização da elaboração da BNCC, por acreditarmos na importância do amplo debate envolvendo a comunidade escolar, a academia e demais segmentos da sociedade, pois para além de se impor um currículo é imprescindível que as condições para sua aplicação estejam planejadas e possíveis de se efetivarem em condição de equidade. Assim, propomos a luta constante pela escola pública, por currículos que respeitem nosso lugar, nosso espaço, nosso território; que nos dê condição de adentrar nessa

define somente pela sua materialidade – mas também pelas suas aspirações, por tudo o que se diz sobre ele e por tudo o que se espera dele, pelo que ele é e pelo que não deveria ser. A autonomia e o controle do professor são elementos essenciais para pensar o contexto educacional, a prática profissional docente, as condições em que o trabalho docente se desenvolve, as políticas de educação, a relação do trabalhador professor com a sociedade e os modos dela conceber o papel do professor na educação, com destaque para a discussão da profissionalização docente (CONTRERAS, 2012 *apud* PENTEADO, 2018).

relação de poder; que este texto, discurso, documento nos possibilite a construir nossa identidade.

5 REFERÊNCIAS

- ARROYO, M.G. Corpos resistentes produtores de culturas corporais. Haverá lugar na Base Nacional Comum?. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 61-75, set./2016.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOSCATTO, J.D.; IMPOLCETTO, F.M.; DARIDO, S.C. A Base Nacional Comum Curricular: uma proposição necessária para a Educação Física?. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 61-75, set./2016.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/Constituiode1988.pdf. Acesso: 12/07/2018.
- CÂNDIDO, R.K. ; GENTILINI, J.A. Base Curricular Nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o Projeto Político-Pedagógico. **RBPAE** - v. 33, n. 2, p. 323 - 336, mai./ago. 2017. Disponível em: <file:///D:/TCC%20CAPITULOS/ARTIGOS%20%20BNCC%20IMPORTANTE/70269-315989-1-PB.pdf>. Acesso 20/11/2018.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- CUCHE, D. A Noção de Cultura nas Ciências Sociais. 2ª Ed. Bauru, **EDUSC**, 2002.
- CURY, C. R. J. A lei de diretrizes e bases da educação nacional e a base nacional comum. In: BRZEZINSKI, I. (Org.) **LDB 1996 Contemporânea: contradições, tensões e compromissos**. São Paulo: Editora Cortez, 2014.
- FORQUIN, J.C. Escola e Cultura: As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. **Tradução Guacira Lopes Louro**. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- GARCIA, M. M. A. Políticas Curriculares e Profissionalização: Saberes da prática na formação inicial de Professores. **Educação em revista**. Belo Horizonte, vol. 32, n. 2. Abr./Jun 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982016000200131&lng=en&nrm=iso>> Acesso 30/11/2018.
- INÁCIO, H. L. D. *et al.* Práticas corporais de aventura na escola: possibilidades e desafios – reflexões para além da Base Nacional Comum Curricular. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 61-75, set./2016.
- MACEDO, E. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação. **Revista E-curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, out./ dez. 2014.
- MARTINELLI, T.A.P. *et al.* A Educação Física na BNCC: concepções e fundamentos políticos e pedagógicos. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 61-75, set./2016.
- MANZINI, E. J. **Entrevista Semi-estruturada: Análise de Objetivos e de Roteiros**. Depto de Educação Especial do Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual São Paulo (UNESP), Marília, SP. 2004. Disponível em: [<http://www.sepq.org.br/lisipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>]; acesso em 20/06/2018.

MELLO, A. S. *et al.* A Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular: pressupostos e interfaces com a Educação Física. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 61-75, set./2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base nacional comum curricular: educação é a base**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso: 11/05/2018

MOREIRA, L. R. *et al.* Apreciação da base nacional comum curricular e a educação física em foco. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 61-75, set./2016.

NEIRA, M. G.; SOUZA JÚNIOR, M. A educação física na BNCC: procedimentos, concepções e efeitos. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 188-206, set./2016.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades**. Cadernos de pesquisa em administração, São Paulo. V. 1, nº 3, 2ºsem. 1996.

PEREIRA, F. de B.; OLIVEIRA, I. B. Ponderações ao currículo mínimo da rede estadual do Rio de Janeiro: uma contribuição ao debate em torno da base comum nacional. **Revista e Currículum**. São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1669-1692, out/dez, 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/marga/Downloads/21676-55607-1-PB.pdf.>> Acesso: 10/07/2018.

PEREIRA, W. J. A Base Nacional Comum e o novo ensino médio brasileiro: breve histórico e principais impactos. In: FERREIRA, M. M.; PAIM, J. H. (Org.) **Os desafios do ensino médio**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

PERTUZATTI, L.; DICKMANN, L. Uma visão panorâmica da LDB à BNCC: as políticas públicas de alfabetização, letramento e suas relações com a cultura corporal na Educação Física. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 61-75, set./2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: www.planalto.com.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso: 15/07/2018.

PENTEADO, R. Z. **ETD- Educação Temática Digital Campinas**, SP v.20 n.1 p. 234-254 jan./mar.2018.

RODRIGUES, A. T. Base Nacional Comum Curricular para a área de linguagens e o componente curricular Educação Física. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 61-75, set./2016.

RUFINO, L. G. B.; NETO, S. S. Saberes docentes e formação de professores de Educação Física: análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na perspectiva da Profissionalização do Ensino. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 61-75, set./2016.

SENA, D. C. S. *et al.* A Bncc em discussão na formação continuada de professores de educação física: um relato de experiência – Natal/RN. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 61-75, set./2016. .

TRICHES, E. F.; ARANDA, M. A.M. A formulação da base nacional comum curricular (bncc) como ação da política educacional: breve levantamento bibliográfico (2014-2016). **Realização. Revista online de extensão e cultura** – v. 3, n. 5, p. 81 – 98, 2016. Disponível em:

file:///D:/TCC%20CAPITULOS/ARTIGOS%20%20BNCC%20IMPORTANTE/6362-19128-1-SM%20(1).pdf. Acesso 30/11/2018.

Entrevistas

BRAGA, A. G;. Entrevista sobre a adequação da BNCC na Escola de aplicação da UFPA. Belém/PA, 26/06/2018. Entrevista concedida a Raiana Almeida.

DIAS, M. B;. Entrevista sobre a adequação da BNCC na Escola de aplicação da UFPA. Belém/PA, 10/09/2018. Entrevista concedida a Raiana Almeida.

MACIAS, C.C de C;. Entrevista sobre a adequação da BNCC na Escola de aplicação da UFPA. Belém/PA, 10/09/2018. Entrevista concedida a Raiana Almeida.

MONTEIRO, F. Y dos S;. Entrevista sobre a adequação da BNCC na Escola de aplicação da UFPA. Belém/PA, 13/11/2018. Entrevista concedida a Raiana Almeida.

ANEXO 1 – ENTREVISTA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1) Qual seu posicionamento em relação à BNCC ?

Professor 1

Resposta: A BNCC está dentro de um bojo de orientações políticas, dentro de uma política educacional. O que eu vejo é que a BNCC hoje, ela veio junto com a reforma do ensino médio e nas grandes manifestações de 2016 estávamos sendo contrário a essa reforma na educação. Não por entender que um documento não seja importante ou que planejar não seja importante, que colocar conteúdos não seja importante, mas pela maneira que a BNCC foi colocada, sem uma discussão ampla com os professores, sem uma comissão que a gente pudesse ter uma transparência em relação aos conteúdos. E também por entender que a BNCC coloca algumas disciplinas e conteúdos como secundários, no caso da educação física especificamente, dentro dessa grande reforma do ensino médio, da qual a BNCC também faz parte, a educação física se encontra num local de não privilégios dentro das outras disciplinas, porque eles estão mais preocupados com as provas de larga escala e dentro do IDEB, as disciplinas que se sobressai são português e matemática, inclusive, isso significaria dentro dessa nova organização política que, a educação física, artes e outras disciplinas perderia carga horária, espaço dentro do contexto escola, e isso é preocupante pro professor de educação física. Logico que lendo o documento a gente percebe que tem coisas interessantes sobre o trabalho com a educação física, porem por essas questões e por entender também que se parte de uma política maior dos organismos internacionais que tentam colocar a educação dentro de uma caixinha e os conteúdos dentro de uma caixinha, dizendo o que o professor deve ou não ensinar é como algo que restringe a autonomia desse professor e restringe o nosso ato de educar. Então acredito que a BNCC também vem nesse sentido de tá restringindo algumas discussões dentro da escola e, é isso que me preocupa a nova base comum curricular que já esta sendo implementada, inclusive aqui dentro da EAUFPA.

2) Como está se dando a adequação da BNCC na EAUFPA no Ensino Fundamental Séries Iniciais ?

Resposta: No fundamental, a gente já teve algumas discussões sobre a base, só que o que eu vejo dentro da própria estrutura é que isso também não foi amplamente discutido e que esta todo mundo conformado com a forma que isso aconteceu e esta se dando. Então as discussões pra qual a gente tem sido chamado em relação a base é pra falar de uma forma positiva a respeito da base, sem colocar os contrapontos. Eu não estou falando que, apesar de ser contraria a base, eu não vou escutar os lados positivos, mas acredito que quando essa discussão ela é unilateral, né? Inclusive da Coordenação, né? Vem de uma maneira somente positiva, falar a respeito da base, sem a gente poder dialogar sobre esses contras e sobre o que a gente pode fazer também para não perder a nossa autonomia, os nossos planejamentos, a maneira como a gente vai ensinar, os conteúdos, em fim...Isso não foi discutido e acho que é isso que é importante a gente discutir. Quais são também a nossa contrapartida em relação à base , a onde é que a gente encontra um limite que a gente pode ultrapassar, né ? Fazer outros planejamentos através do nosso próprio ppp, porque o ppp também é um documento que vai nos respaldar e que vai poder nos orientar, não só a base. E ai dentro do fundamental eu vejo que essa discussão está sendo muito unilateral e isso é preocupante. E também a gente já tem sido convocado pra olhar .. Como a base já foi implementada e vem sendo implementada, o fundamental tem mais um tempo pra ser implementada, no ensino médio a coisa tem andado mais rápido. Nesse sentido, a gente já tem livros pro ano que vem que já estão adequados a BNCC. E a educação física também recebeu alguns livros e falando dentro da educação física, pois das outras áreas sabemos que tem muito limites em relação ao conteúdos, porque os conteúdos são extremamente formais, exemplo: o português, tratar-se de uma questão mais pragmática do português, a gente percebe que conteúdo de sociolinguista e variação linguística que também faz parte desse contexto, não so escolar, mas o contexto das crianças , ele tem sido reduzido. A matemática é uma questão muito logica mesmo e na educação física, o que eu percebi com a vinda desses livros é que os conteúdos estão sendo muito limitados, vem dentro de um

“pacote prontinho”, mas sem muitas discussões da realidade, discussões que possam ampliar esse campo de conhecimento dos alunos. Então, os livros estão vendo super básico e as vezes não atende a necessidade do professor ou então a gente já trabalhou aquilo que está ali, a gente precisaria avançar. Então, mais uma vez eu acho que foi uma falta de discussão e de uma comissão em relação a esse planejamento, falando especificamente da educação física, pra gente perceber quais são os conteúdos de cada ciclo ou serie , pois cada um vai ter sua especificidade e sempre entendendo também os contextos dessas crianças , pois em alguns locais as crianças avançam, em outros, nem tanto. Eu não posso dizer que a criança da EAUFPA que tem acesso a uma gama de conhecimentos totalmente diferentes, eles tem teatro, aqui os espaços pra praticar a educação física são vários , os matérias mesmo quando a gente reclama a gente sabe que estamos muito além das escolas da periferia, da comunidade. Então a gente precisa sim ter esse equilíbrio de entender quais são os conteúdos pertinentes para os locais, mas sem subjugar essas crianças da periferia que também precisam ter acesso e conhecimento de qualidade. Então eu vejo que mais uma vez faltou um pouquinho de discussão e perceber quais são os conteúdos, como a gente planeja, porque a BNCC fala o que fazer, mas muitos professores não sabem nem como fazer, como planejar, como é que eu vou lidar com essa gama de conteúdo , sendo que eu to numa escola de periferia, eu não tenho tempo, eu tenho que corrigir meus trabalhos em casa, penso nessas questões da escola publica mesmo. Como é que eu vou da essas aulas que estão pedindo se eu não tenho nem material na minha escola? Então, eu acho que é muito bonito no papel o que eu devo fazer, mas não da uma estrutura pro professor. Também, acho que antes de discutir essas politicas educacionais dessa forma, a gente precisa discutir essa formação do professor e essa carreira docente que hoje se encontra muito precarizada. A gente não tem plano de cargos e carreiras dentro do estado, na esfera federal isso se da de uma melhor maneira, e mesmo assim os sindicatos ainda estão lutando pelos planos de cargos e carreiras unificadas e a gente não discute a condição de trabalho desse professor, a exemplo: o adoecimento docente. Então, essas são questões que perpassam e são anteriores a criar uma politica educacional de qualquer jeito, porque pode ser muito bonito no papel, mas se ela não puder ser executada, ela não tem uma razão de ser pra acontecer. Então, tem se dado dessa maneira no fundamental e falta um pouquinho mais de dialogo. E que já ta sendo implementada, ne. A coisa já ta acontecendo e a

gente ta tendo que se adequar, não tiveram muitas discussões, uma ou duas a respeito, acho que a gente precisaria de mais. Ainda não estou adequando minhas aulas, pois ainda temos ate ano que vem. A proposta é que ano que vem começa a adequar esses conteúdos, mas tanto eu quanto a outra professora somos contrarias a base e a gente tem o nosso próprio planejamento. Então claro que a gente já leu, já viu quais são os conteúdos, mas nós também fazemos o nosso planejamento para escola. Eu vejo também, que apesar da base estar sendo implementada, existem disciplinas as quais elas ficam mais a margem, então pode ter certeza que eu vou da aula aqui e ninguém vai vir me supervisionar pra dizer que está adequada a base ou não tá. Então, mesmo que eu não der aula nenhuma pra eles e passe o dia jogando bola, ninguém vai vim dizer que eu fiz ou não o conteúdo da base, claro que não é isso que nós fazemos. Nós planejamos, eu e a outra professora já fez todo o planejamento do ano e a gente vai fazendo os planos bimestrais. Todo bimestre a gente faz os nossos planos de aula todos de uma vez pra ver se está dando certo ou não a maneira como a gente está fazendo e a gente, por enquanto, a gente pretende continuar da mesma forma. Claro , utilizar aquilo que a base traz como interessante pra gente trabalhar, mas está trabalhando conteúdos que a gente pretende ta trabalhando com eles, ate porque como são alunos que já vem passando pela gente, muitas coisas eles já viram e eles precisam avançar e não regredir.

A politica sem pensar nas questões estruturais e como fazer. A gente nem tinha lido ainda sobre a base na sua essência quando a gente planejou o nosso ano letivo e nós estamos agora com as turmas de 1 e 2 ano, e 4 e 5 elas vão passar a ter esse período de jogos , também vão passar para as praticas de aventuras, a gente vai discutir praticas de aventuras e lazer com os maiores e praticas de aventuras e meio ambiente com os menores, sem pretensões a respeito da base. Foi um planejamento das professoras, porque a gente já tinha trabalhado jogos, os esportes, a ginastica, a ginastica circense , em fim.. a gente foi passando por vários conteúdos pra gente pensar que a gente poderia trabalhar praticas de aventuras e se desafiar, porque eu acho que é importante também. O professor que esta constantemente estudando e planejando ele consegue se desafiar. As condições que a EAUFPA dá são diferentes, então a gente tem 20 horas de planejamento, a gente pode estudar, a gente pode pensar em como fazer. Então a gente decidiu se desafiar a está trabalhando com as praticas de aventuras, inclusive já comecei com os menores e eles estão adorando, mas é isso que a gente acaba de conversar.

.Como é que eu vou trabalhar praticas de aventuras numa escola que não tem nem quadra pra esse aluno desenvolver sua pratica corporal, não tem uma sala pra desenvolver essas praticas, às vezes um sol quente, tem uma bola que já está toda descascada. Então o professor não só de educação física precisa lidar com essas questões estruturais, como salas quentes superlotadas. Então eu vou fazer educação física o tempo todo em sala de aula ou então eu vou deixar eles brincarem no sol quente, mas eu não vou ter uma estrutura pra desenvolver praticas de aventuras. Como é que eu vou trabalhar o arborismo numa escola que não tem espaço pra isso. Eu fiz uma corrida orientada, as corridas orientadas num espaço que é minúsculo, porque tem escolas que são pequenas e não tem como, inclusive, se a gente soltar os alunos pra fazer uma corrida orientada eles vão acabar atrapalhando os outros alunos, porque as salas são abertas, não tem nem ventilador, as vezes. Em fim, como é que eu vou trabalhar com skate? Com uma pratica de segurança, escalada.. Em fim, são tantas coisas que as aventuras trazem e, é isso .. É pensar nesses conteúdos, sem pensar no contexto das escolas, sem pensar que a gente precisa investir nessas escolas publicas, nos espaços públicos. . Eai o professor de educação física daqui a pouco tem problemas de voz, tem câncer de pele, que foi um contexto que a gente encontrou na minha formação, um exemplo: uma professora de educação física que estava com câncer de pele, por quê? Porque uma quadra descoberta, a mulher passava as aulas todas no sol com as crianças e adquiriu um câncer de pele, então é isso: pensar a politica antes de pensar as questões estruturais, antes de pensar a formação do professor. Porque às vezes esse professor também tem um déficit na formação dele e muitos professores das escolas públicas, principalmente do estado, já são professores formados na década de 80 e 90. Não é que o professor não tenha que dar uma boa aula, mas esse professor ele também já está num contexto que as aulas deles eram totalmente diferenciadas, eles tinham aulas tecnicista e, é isso que eles continuam passando e pela falta de oportunidade de está fazendo uma formação continuada fica estagnado. E mais, tem professores que tem uma formação mais recente e pode ter especialização, mestrado, doutorado que quando se depara com essa realidade também acaba tendo as mesmas praticas, por quê? Pelas questões de condições de trabalho, porque o professor ele cansa. O professor que tem 16, 20 turmas.. Ele cansa, então vai ter um momento que ele vai dar a bola pra criança, porque ele precisa respirar dessa rotina que é estafante que não dá condições pra ele trabalhar,

então às vezes, não dá pra culpabilizar totalmente o professor sem pensarem tudo que está ao redor e faz esse professor agir dessa maneira.

Professor 2

Eu ainda não estudei realmente o documento profundamente, mas eu li alguns artigos que apontam algumas críticas e até concordo com algumas críticas, no qual, o documento acaba engessando, tanto o trabalho pedagógico do professor, quanto o papel dele na Escola, porque o professor passa a ser um executor de tarefas, então, o documento ele tira um pouco a autonomia do professor, mesmo ele sendo apenas uma Base. Minha opinião é muito rasa sobre a BNCC.

Além disso, muito antes da elaboração da Base, nós já estávamos trabalhando no sentido de valorização do local, valorização da cultura do lugar que a gente vive e não dependeu do documento isso. Então, nesse sentido, o documento reforça um pouco, mas eu não vejo na educação física um movimento tão grande, no sentido de levar em consideração a Base. Em relação as palestras que ocorreram na Escola de Aplicação da UFPA, eu não estava presente, pois viajava a trabalho. Eu não sei te informar como foram as discussões.

ANEXO 2 – ENTREVISTA DIREÇÃO

Desde 2017 nós já fizemos três encontros para discutir BNCC com os professores, agora em 2018 nós estamos com uma iniciativa de abrir um GT, criar um em agosto com os professores, com as coordenações para que eles possam se apropriar de fato do que a base induz, não sei se tu sabes, a Base não é mais a lei, ela é indutora de currículo. Última nomenclatura que saiu é que a Base é indutora de currículo, antes ela era LEI, agora. Então isso é muito bom porque isso flexibiliza, como se fosse um suporte para que os entes federados, municipal e estadual possam ter ela como referência.

O fundamental 1 já começaram a fazer um planejamento pautado na base, o fundamental 2, porque tu sabes que ela já foi aprovada né? pelo conselho, pelo MEC. E a partir de 2019 já vão começar a trabalhar em cima do planejamento e aí qual é a discussão do GT? é exatamente buscar possibilidade dos professores se apropriarem e qual a perspectiva que a Escola vai seguir, porque se o fundamental já está aprovado e ele é o indutor, ainda falta discutir a parte diversificada da base. Então isso vai ser o objeto de discussão deste GT, o que os componentes curriculares vão trazer para essa parte diversificada e a previsão é que em agosto a gente monte um grande seminário com o pessoal do MEC para dar início nesse trabalho. Então é isso que nós temos. Eu particularmente tenho estudado a base desde a origem, inclusive fui chamado pra ser consultor dela, não fui porque era o Governo Temer e não quis ir, mas ela sofreu muita mudança, quem tem a primeira versão, a segunda versão e a terceira versão ... É .. e aí o Ensino Médio já está no conselho Nacional de Educação e eu acredito que até dezembro eles vão aprovar, porque a lei diz que em 2019 tem que ser aplicada. O GT vai nos ajudar inclusive ver dentro dessa indutora de currículo, quais são os itinerários que a Escola vai seguir, qual é a proposta teórico metodológica que a Escola vai seguir. Então tudo isso é objeto desse grupo de estudo que nós vamos iniciar. Nós já temos o acúmulo de três encontros para apresentar aos professores a BASE. Eu já fiz duas palestras no Marajó e Maracanã sobre a Base, então venho estudando bastante para entender

melhor, principalmente os marcos legais. Claro que temos que entender que a Base não é o currículo, isso é fundamental. Quando ela diz que ela é indutora, ela está colocando os princípios e nós quanto profissionais dos componentes curriculares vamos ver como é que ele se desdobra didaticamente no conteúdo da Escola, porque o professor pode cometer o erro de achar que aquilo já é o conteúdo, e não é. Ali é o indutor “Eu e o mundo”, o que a Educação Física vai trabalhar em “EU E O MUNDO” na sua aula prática da atividade docente. A história, química, física.. porque quem viu a base, é do primeiro ao terceiro ano “Eu e o mundo” aquele diálogo lá. Então aquilo é indução, a tradução daquilo tá na sua aplicabilidade do ponto de vista didático pedagógico somos nós dos componentes, os especialistas de área, que vamos ver como se desdobra pra isso para que ela possa ter aplicabilidade e aí tem o novo que o inglês agora é obrigatório em todo o fundamental. Pra nós isso é certo problema, porque nós oferecemos quatro idiomas: Inglês, francês, espanhol e alemão. A escola vai ter que se adequar. Vem o Ensino Religioso como uma área do fundamental. Então essas mudanças a Escola vai ter que se adequar a partir de 2019, embora o fundamental já esteja implementando com sessões de estudo. O médio, que a gente fala muito em reforma do Ensino Médio, que é um erro, não é reforma do Ensino Médio, é reforma na Educação Básica e a questão centrada no ensino médio é porque no ensino médio ele “perdeu a sua finalidade”. Você não sabia o que fazia com o certificado do ensino médio, não é isso? ou ia pra universidade ou não tinha mais sentido. E aí eles criaram a ideia do itinerário formativo, então isso é a grande discussão, por exemplo, a ideia da base de 18 meses, então como nós vamos organizar a matriz curricular da escola. Se a gente vai adotar em 18 meses, se a gente vai adotar a base a formação toda do aluno, mais o itinerário formativo, então tudo isso ainda vai ser discutido em 2018.

Uma coisa que a Base traz, ela induz a ideia de planejamento integrado na área, isso pra mim é muito bom, com todas as críticas que posso fazer, eu acho que o planejamento na área e entre as áreas é a riqueza, porque os componentes não ficam mais isolados no seu... Como é que educação física vai dialogar com língua portuguesa, com artes, com as línguas estrangeiras. Isso é muito rico! Então eu acho que isso é um ganho, mas também para que isso se desdobre no meu ponto de vista é assim: Como é que eu vou organizar a avaliação integrada na área? Só tem sentido assim, se nós estamos dialogando entre as áreas, a gente tem que levar a avaliação integrada e aí nós vamos ter que ter uma perspectiva que teria que ser

um eixo norteador na área para que a gente possa ter um diálogo muito próximo, tipo assim, nós vamos discutir cultura nos códigos e linguagens, tá. E como é que a educação física vai trazer, que ela é rica, tem um arsenal que a educação física traz. Como é que ao idioma vai trazer a cultura se a gente decidir que a cultura vai ser regional? Então é um debate de planejamento, como é que nós vamos trabalhar. Assim como ciências humanas aplicadas, matemática e nas ciências da natureza. Então isso vai ser a partir de agosto um semestre de planejar e ver como é que ela se conforma. E pra mim, o bom, a riqueza dessa nova indução é a ideia da área, porque não tem mais sentido você pensar a educação de forma disciplinar, a gente tem que pensar tudo integrado né? Tudo em rede, tudo tá dialogando, intradisciplinar, transdisciplinar, a nova proposta polidisciplinar, essas coisa todas. O importante é o diálogo que se estabelece entre os componentes e aí você tem um ganho com isso, porque eu, por exemplo, nós vamos discutir cultura lá no código e o meu texto de língua portuguesa pode ser o mesmo de educação física, ou educação física vai fazer um texto sobre carimbo e o português para a norma culta no texto de educação física, arte vai usar o mesmo texto. e aí você imagina o ganho que o nosso aluno vai ter, onde quatro componentes curriculares estão discutindo o mesmo tema a partir da sua ótica, vai ser uma outra forma de ensinar e o aluno vai ganhar com isso. Aí você faz uma avaliação integrada na área e ao invés de você aplicar três instrumentos, você vai aplicar só dois, porque um vai valer para os quatro componentes, os outros entre as áreas e só um vai valer por ser sozinho, o aluno vai ter um ganho muito grande, porque você sabe que aqui na escola os alunos tem uma “chuva” de avaliação, todo tempo eles estão sendo avaliados, então vai dar uma certa relaxada pra eles, mas também cria um compromisso dele tá estudando para se dar bem na avaliação da área, porque se ele tirar nota baixa são 4 disciplinas que comprometem a vida dele, se na avaliação entre áreas ele cair, são todo o conjunto de disciplinas que ele vai ter nota baixa, então ele vai ter uma nova postura enquanto estudante, tipo assim.. Ele vai ter que tá sempre muito bem preparado para ser avaliado, então isso traz uma vantagem do ponto de vista da organização didática pedagógica da escola e aí vou te falar uma coisa.. Não vai ser fácil implementar isso. Para nós na escola, talvez não, porque temos um conjunto de professores dedicados, mas fico pensando nas prefeituras e na Seduc, até porque o professor nunca está no mesmo local, não tem toda a carga horária e vive pingando, então eu não tenho os professores de todas as disciplinas, então isso vai

ser um problema e quando o MEC diz que vamos ter cinco itinerários formativos, a liberdade de escolher não vai ter, ele pode ter aqui em Belém, mas numa escola na periferia, por exemplo, professor de química e física não vão ter. No Marajó, por exemplo, vai ter só códigos e linguagens que é o professor de português, e artes, e física e idiomas? mas não tem de geografia.. Então o aluno vai fazer o que tiver e aí não tem essa democracia da escolha, vai ser uma coisa imposta.

Ano passado o conselho estadual de educação aprovou um absurdo porque tem um dado na rede estadual que falta professores de química, física, matemática. E eles fizeram com que o conselho atribui se notas nessas disciplinas “não tem professor”. Então olha o crime, estão negando o direito do aluno, por sorte o ministério público entrou e revogou essa decisão do conselho. Eu fiquei revoltado quando eu ouvi isso. Qual é a chance de um aluno desse ser aprovado? Passar no Enem se não tem conteúdo. Então eu acho que é uma coisa com todas as críticas tenebrosas, tem que ter muito cuidado ao implementar isso para não cometer erros, porque tu sabes que se a gente cometer um erro na educação são décadas para arrumar. Então eu acho que o governo deveria ter um pouco mais de paciência, poderiam fazer uma experiência só com a 5ª série ou só nos sextos anos para gradativamente, uns 5 ou 6 anos para que as coisas aconteçam, mas não, já quer tudo para o ano que vem. Aí fica uma pergunta: Como é que vai ficar o ENEM? Se eu tenho itinerários formativos eu vou ter cinco Enem? Vou ter cinco modelos de ENEM? Porque daqui pra 2021 o Enem vai ser diferente, porque se tu escolher, por exemplo, códigos e linguagens que têm educação física, tu não vais poder fazer o enem que vai cobrar ciências humanas, porque você não vai estar preparada. Isso é uma contradição. Por outro lado, vai elitizar muito isso, porque determinadas escolas vão oferecer só ciências da natureza por causa da medicina por conta dos cursos nas áreas biológicas e os cursinhos vão com foco em ciência da natureza. Então isso vai gerar um certo segmento do mercado altamente elitizado e competitivo. Coitados os filhos dos trabalhadores vão ficar com o que sobra com o que está sendo ofertado ali, próximo da casa dele, no município dele e isso vai ser muito perverso. O sonho do filho do trabalhador ser médico, ser advogado vai ficar muito mais longe. Isso é uma opinião minha que eu tenho visto como gestor e como tenho estudado essa Base.

ANEXO 3- ENTREVISTA COORDENAÇÃO

1) Qual sua opinião sobre a BNCC? 2) Como está sendo a adequação da BNCC na Escola de Aplicação da UFPA?

Desde que nós iniciamos o ano letivo, nós nos preocupamos com isso, né? E com essa preocupação, nós estamos implementando a BNCC de maneira gradativa e como é que nós estamos fazendo? Nós estamos trabalhando ainda com o planejamento, mas esses planejamentos estão sendo socializados e adaptados. Cada ano do primeiro ao quinto ano, eles tiveram o momento para expor o planejamento deles de acordo com a BNCC. Por que eles tiveram que expor? Isso foi feito em dois momentos, como eles fizeram essa exposição? Eles fizeram um trabalho em slide, apresentaram, explicaram dentro de um tempo, porque é muita coisa. Tudo que eles colocaram no planejamento de acordo com a BNCC não teve como tudo ser explicado naquele momento, porque é muita coisa. Mas eles objetivaram o máximo possível para que as outras pessoas pudessem entender de que forma eles iriam fazer e que a gente possa interdisciplinar, ou seja, interdisciplinamente cruzar essas informações e pensar juntos e entender que um ano (ciclo) depende do outro e que é uma sequencia. Por exemplo, aqui na Escola de Aplicação da UFPA, o terceiro ano do ensino fundamental 1 era o ano que promovia ou acontecia a retenção , só que a BNCC ela vem com uma mudança e ela traz isso para o segundo ano. Então a gente percebe que o processo de alfabetização já precisa ser repensado a partir do primeiro ano. Então, a gente vem fazendo dessa forma, sendo que um ano depende do outro, por exemplo: português do 4º ano depende do português do 1º, 2º e 3º ano...

Então, um planejamento depende do outro planejamento, porque tem que dar uma sequencia, além de dar a sequencia, através das avaliações diagnosticas perceber o que aquele aluno não introduziu o que ele não aprofundou, mas que ele precisava pra aquele ano, o que ele precisa consolidar? O que ele não consolidou e por conta disso ele vai sentir mais dificuldades pra seguir, então a gente precisa, realmente, ter tudo isso planejado. A gente precisa conversar, precisa disso articulado. Ouvir as professoras como a gente ouve como a gente reúne. Tivemos o período avaliativo, tivemos o período de recuperação, tivemos os conselhos e depois dos conselhos a gente chama os responsáveis e pontua as situações, então a gente precisa, realmente, de todo um desenvolvimento de um trabalho em equipe. Ele não

pode ficar solto, porque se não um vai trabalhar de um jeito e outro vai trabalhar de outro e a gente não vai chegar ao objetivo comum, então, realmente é um período de adaptação. Eu não dizer que é fácil, porque não é, mas você precisa ter disposição pra isso e entender que é necessário. Há pessoas que dizem que estamos sendo apressados demais, que estamos querendo sair a frente querendo implementar esse ano .. A gente entende que não, porque precisa ser implementada, então não preciso deixar pra implementar isso no ultimo momento, se eu já posso ir começando a fazer isso. Então, a gente vem fazendo dessa forma, claro que tem muitas outras coisas. A rotina e o dia a dia te fariam perceber melhor, pois o discurso é uma coisa, mas o dia a dia é aquilo que você vai ver como é que funciona. E ai a gente tem esses planejamentos todos, justamente porque esses planejamentos foram socializados naquele momento, mas posterior a isso, eles tem que ser enviado pra coordenação por e-mail, porque a coordenação precisa enviar os planejamentos de todo mundo e todo mundo tem que ter acesso ao planejamento de todo mundo do ensino fundamental 1. Digamos que eu esteja atuando no primeiro ano, eu tenho que ter acesso aos planejamentos do 1 ao 5 ano de todas as disciplinas e isso tá funcionando. E , é isso que a gente ta fazendo e como a gente precisa seguir , a gente precisa socializar, pra que uma saiba o que o outro está trabalhando e a gente precisa fazer dessa forma e entender também que nós somos professoras do fundamental 1, nós somos professoras da escola. Então, hoje eu to no 1 ano, mas amanhã eu posso está no 2. Não posso deixar as coisas irem acontecendo e eu não estar me apropriando dessas coisas.

Em relação a educação física... Existe uma coordenação de educação física, pois é importante frisar né? E essa coordenação senta com todos os professores e a partir dai são feitos alguns encaminhamentos. Dentro da própria coordenação há estudos sobre a BNCC, e a partir disso, eles começaram a sentar e foram fazendo os planejamentos. Na realidade, não há palestras, o que há é essas socializações com todos os professores do nosso nível de ensino que é considerado um evento, pois tiramos um dia só pra isso. Até porque a gente faz a certificação do professor, tanto quanto participante, quanto ministrante. Então, a gente faz essa certificação por entender que é um momento de formação. É uma formação continuada dentro da escola, em que nós nos preocupamos em está dando esse retorno pra toda escola, porque não adianta você fazer a coisa isolada e com relação a educação física, especificamente, a essa grande movimentação que a disciplina tem, por ter

um caráter de não ser somente a quadra, os alunos também tem aulas teóricas em salas de aula, porque também a Base coloca como pressuposto e a gente percebe uma grande movimentação em todos os eventos. A disciplina em si (1 ao 5 ano) é uma disciplina que ela movimenta muito a escola e o curso está o tempo todo envolvido, como a agora a gente tem a festa junina e a responsabilidade recai muito sobre o professor dessa área pra poder estar entrando com o componente que é a dança que estão trabalhando de acordo com Base, então é nesse sentido a palestra é uma formação continuada nossa. Por enquanto estar em caráter interno, mas nós temos professores que tem trabalhos apresentados em congressos e seminários e isso não deixa de ser também uma socialização da experiência que nós estamos implantando aqui na escola. Como nós temos a Ed infantil, nós temos muito movimento com eles. Nos eventos, formações a gente está chamando a educação infantil, por entender que nós estamos na Base desse processo, elas começam (educação infantil) e nós continuamos. Então, somos pioneiros, nós somos muito atiradas, ousadas. Já começar a introduzir a Base tem sido impactante, inclusive para os responsáveis. Tem sido um desafio para os professores, para nós, mas é algo que a gente vem abraçando mesmo. Nós, inclusive, temos varias frente, temos pra educação física, temos pra arte. Nós estamos trabalhando hoje com a arte integrada, é um projeto muito interessante que é novo na escola e nós também abraçamos. É um momento de fazer varias atividades no mesmo dia, todos os professores de artes do 4º e 5º ano eles dão aula na quinta feira. Então, tem um momento que o aluno pode optar pra que atividade ele vai (artes cênicas, dança, musica), mas, os professores fazem o controle disso, por quê? Porque a Base também vem pedindo isso e o interesse dos nossos professores nos chamou muita atenção, apesar de no inicio a gente ter pensado que isso também não seria fácil. Pois, você pensar em montar um horário que essas pessoas possam se encontrar somente aquelas pessoas, naquele horário, é bem complicado, porque lidar com horário é algo trabalhoso, mas o que é um horário mediante ao melhor interesse que é o ensino, que é a criança. Um horário ele acaba ficando de lado, acaba ficando menor. O maior interesse é o ensino, é a qualidade. Não sair na frente, mas começar a adaptar e realmente entender que é necessário e não podemos deixar para ultima hora. Nós somos uma coordenação que assumiu esse ano e como nós assumimos esse ano, a gente resolveu fazer de acordo com o que a gente pensa ser melhor para o momento.